



• U • C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ricardo José de Oliveira Lourenço

# “Desenvolvimento económico de regiões de baixa densidade populacional”

Mestrado em Economia Local

Trabalho de Projecto de Investigação orientado por:

Professor Doutor Pedro Nogueira Ramos

Fevereiro de 2011

Coimbra

## Resumo

O presente trabalho de investigação procura identificar e compreender os principais factores condicionantes do desenvolvimento económico de regiões de baixa densidade populacional, bem como o impacto que poderá advir desse mesmo desenvolvimento. São identificadas 58 regiões de baixa densidade, de 5 países distintos da União Europeia, alvo de análise ao nível económico, demográfico e do mercado de trabalho para o período correspondido entre os anos 2000 e 2007, visando a identificação de padrões de desenvolvimento semelhantes e a verificação da possibilidade de coexistência de baixa densidade populacional e elevados níveis de qualidade de vida e desenvolvimento económico.

Palavras-chave: economia regional, economias de aglomeração, densidade populacional, desenvolvimento regional.

Códigos JEL: J10, J21, Q00, R00, R10.

## Abstract

The aim of the hereby presented investigation project is to identify and understand the underlying factors that determine the economical development of sparsely populated regions, as well as the consequent impact that may arise from it. 58 low density population regions were identified, within 5 European Union countries, which are analysed from the economic, demographic and labour market point of view, concerning the timeframe between 2000 and 2007, intending to identify similar development patterns and to verify the possibility of coexisting low density population regions and high quality of life standards and economic development.

Key-words: regional economics, economies of agglomeration, population density, regional development.

JEL codes: J10, J21, Q00, R00, R10.

# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO: UMA REALIDADE INCONTORNÁVEL?	5
2.1 Desenvolvimento regional: factores condicionantes	7
2.2 Viabilidade e impacto do desenvolvimento económico de regiões de baixa densidade populacional	10
3. REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NA UE	14
3.1 Critérios de selecção	14
3.2 Análise demográfica e do mercado de trabalho	18
3.3 Análise económica	28
4. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de perda de população, actualmente em curso em diversas regiões europeias e particularmente notório em diversas regiões do interior de Portugal, tem vindo a alterar drasticamente a realidade dessas mesmas regiões, configurando novos desafios para os decisores políticos, agentes económicos e para a sociedade actual. O declínio da densidade populacional coloca diversas questões ao nível dos investimentos a realizar, da localização das actividades económicas ou da qualidade dos serviços disponibilizados. No entanto, a análise do impacto deste declínio é recorrentemente esquecida em prol do estudo das economias de aglomeração, alvo frequente de análise por parte da ciência económica e aceites de forma generalizada como realidades mais competitivas. Mediante este cenário, serão as regiões de baixa densidade populacional incapazes de competir com as grandes aglomerações urbanas e, como tal, incompatíveis com elevados níveis de qualidade de vida e desenvolvimento económico? É a esta questão, por nós considerada particularmente pertinente mediante as circunstâncias anteriormente referidas, que procuraremos dar resposta ao longo do presente trabalho de investigação. Para tal, começaremos por nos debruçar sobre alguma literatura relativa a esta temática, procurando debater, ao longo do Capítulo 2, a inevitabilidade das economias de aglomeração, bem como enumerar e analisar os factores condicionantes do desenvolvimento regional para, finalmente, discutir a viabilidade e o impacto do desenvolvimento das regiões de baixa densidade. Concluída esta análise, prosseguiremos o presente projecto de investigação com um estudo incidente sobre diversas regiões de baixa densidade europeias, apresentado no Capítulo 3. Através da análise demográfica, do mercado de trabalho e económica dessas regiões, efectuada a partir de um diversificado conjunto de dados recolhidos, procuraremos traçar uma perspectiva do actual estado de desenvolvimento económico de diversas regiões de baixa densidade populacional da União Europeia, que nos possa conduzir à obtenção de respostas para a questão levantada.

Este trabalho de investigação foi desenvolvido em consonância com o projecto DEMOSPIN (FTC PTDC/CS-DEM/100530/2008), cujos objectivos principais são a análise demográfica das regiões deprimidas do interior de Portugal e o estudo de potenciais políticas estratégicas para reverter o declínio populacional dessas áreas.

## 2. ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO: UMA REALIDADE INCONTORNÁVEL?

Parte considerável dos trabalhos realizados nas diversas áreas da Economia Local ao longo das últimas décadas, teve como foco principal o crescimento e desenvolvimento económico dos grandes aglomerados urbanos e das zonas de elevada densidade populacional. De forma sucessiva, diversos autores enumeraram as vantagens decorrentes da aglomeração de actividades económicas. McCann e Oort (2009) fazem referência à presença de *spillovers* de conhecimento a nível local (também designados por externalidades Marshall-Arrow-Romer) e à existência de economias de escala, com as últimas a poderem ser divididas em internas e externas. As economias de escala internas decorreriam directamente do facto de a empresa servir um mercado de maior dimensão, permitindo-lhe uma redução do custo de produção motivada pela utilização mais eficiente dos factores de produção. Já as economias de escala externas estariam fundamentalmente dependentes da dimensão e nível de desenvolvimento do sector de actividade da empresa, reflectindo-se em aspectos como a presença de mão de obra especializada, existência de fornecedores de bens e serviços ou infraestrutura disponível. As economias de escala internas potenciariam, assim, a existência de configurações de mercado menos competitivas (monopólio ou oligopólio), enquanto as economias de escala externas levariam à existência de muitos produtores de menor dimensão e, como tal, um mercado mais competitivo. Para além destas, importa também considerar a possibilidade de partilha de *inputs* e matérias-primas na produção de bens de consumo diferenciados, como um dos factores favorecedores das economias de aglomeração.

Outro importante aspecto a considerar na decisão de localização de uma actividade económica são os custos de transporte. Independentemente de estarmos perante bens cujos custos de transporte são directamente suportados pelo produtor (*shipping*) ou pelo consumidor (*shopping*), o preço final do bem, na óptica do consumidor, será sempre resultado da soma de todos os custos de transporte, que irá inevitavelmente aumentar com a distância entre o local de produção e a localização do consumidor. Esta análise, em linha com o modelo de “Estabilidade em Competição” enunciado por Hotelling (Kilkenny, 1998), segundo o qual as empresas ao competir entre si pela conquista do

mercado acabariam por se aglomerar num ponto central do mercado, conduz à consideração que distância e densidade de e entre empresas e consumidores desempenham um papel crucial na decisão de localização das empresas. A utilização da distância e dos custos que esta acarreta como factor diferenciador do produto resulta extremamente favorável às economias de aglomeração e ao desenvolvimento das regiões urbanas.

McCann e Oort (2009) destacam também o facto de em localidades mais populosas ser mais provável encontrar universidades, laboratórios de investigação e outras instituições geradoras de conhecimento. Estas, para além de “permitirem a produção e absorção de conhecimento, estimulam um comportamento inovador” que, aliado à existência de um *mix* diversificado de indústrias nas zonas urbanas, potenciaria oportunidades para “interagir, copiar e modificar” práticas inovadoras e comportamentos empreendedores. A diversidade desempenharia, desta forma, um papel-chave no desenvolvimento das economias de aglomeração, já que as transferências de conhecimento mais relevantes seriam até as provenientes de fora da própria indústria. Estas transferências estariam sujeitas a um fenómeno de degradação espacial (*spatial decay*) enunciado por Rivera-Batiz e Romer (1991), que implicaria um maior crescimento das taxas de produtividade nos locais onde estas já são mais elevadas. Associando este aspecto à forma mais eficiente com que se processa o *matching* entre trabalhador e empresa num mercado laboral mais alargado, encontramos as bases para o crescimento endógeno das zonas urbanas.

A ideia de que a proximidade espacial e a aglomeração são factores determinantes no crescimento económico reveste-se assim de um conjunto de argumentos considerável, primeiramente postulado por Alfred Marshall em 1920 e desde então desenvolvido por diversos autores. Porém, “se o crescimento da produtividade dependesse apenas de maiores densidades, as zonas mais densamente povoadas funcionariam como *buracos negros* que atrairiam para si mais e mais actividade económica, beneficiando de uma produtividade crescente” (Power, 2001). Um aumento de densidade não gera apenas benefícios, acarreta também custos económicos significativos, ponderados pelas empresas e pelos próprios trabalhadores, conjuntamente com uma série de outros factores, na hora de decidir a sua localização. Neste cenário, mediante os aspectos anteriormente mencionados, conseguirão as zonas de baixa densidade populacional revelar-se suficientemente atractivas para atrair novos investimentos e novos habitantes,

capazes de assegurar o seu crescimento económico e o seu desenvolvimento? Kilkenny (1998) sugere que “os estudiosos do desenvolvimento rural não se devem acomodar à implicação pessimista de que os locais de baixa densidade dependentes de recursos naturais imóveis nunca poderão crescer”. Pelo contrário, a preferência dos consumidores pela variedade poderá conduzir a um desenvolvimento local baseado na oferta de produtos qualitativamente diferenciados, muitas vezes directamente decorrente da diferenciação espacial. Os recursos e atributos específicos, bem como os próprios agentes económicos locais, podem desempenhar um papel crucial na oferta de bens e serviços de uma região e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento económico e social. Importa, contudo, ponderar os diversos factores potencialmente condicionantes desse mesmo desenvolvimento que actuam especificamente sobre as regiões de baixa densidade populacional.

## 2.1– Desenvolvimento regional: factores condicionantes

Os factores potencialmente susceptíveis de condicionar o desenvolvimento de uma região são numerosos e de ordem diversa. Entre estes, encontramos um importante conjunto que designámos por factores geográficos e estruturais e no qual estão incluídas variáveis como o clima, recursos naturais, localização e acessibilidade da região, bem como as infraestruturas existentes. Cada uma destas variáveis pode afectar positiva ou negativamente o desenvolvimento de uma região, sendo que factores como o clima agreste, o isolamento, ou a escassez de recursos são, por vezes, suficientes para afastar a população de um local, funcionando como principais responsáveis pela baixa densidade populacional ou reduzido nível de desenvolvimento de uma região.

Um outro conjunto de factores condicionantes do desenvolvimento transversal a todas as regiões, independentemente da sua dimensão ou estrutura populacional, é o que engloba os aspectos económicos. Conjuntura económica global, características do mercado interno, oferta de emprego, diversidade ou especialização das actividades económicas, base económica local, custos de transporte, infraestrutura industrial existente, estrutura e qualificação da mão de obra ou nível salarial, são alguns dos parâmetros que podemos encontrar neste grupo e que influenciam de forma decisiva o

desenvolvimento de qualquer região. Ainda dentro deste conjunto, mas já inseridos no quadro específico das regiões de baixa densidade populacional, há outros factores que podemos considerar, tais como a procura de energias renováveis. A incapacidade das energias fósseis em corresponder às crescentes necessidades em termos energéticos, associada à adopção de políticas ambientais mais rígidas, tornam a exploração de energias renováveis numa oportunidade de negócio a que as regiões de baixa densidade poderão dar resposta (Capello et al., 1999). A criação de centrais solares, fotovoltaicas ou térmicas, centrais hídricas, centrais eólicas ou centrais de biomassa, mediante os recursos disponíveis, poderá satisfazer as necessidades energéticas da região, permitindo ainda a exportação de energia para outras regiões. Também a procura de amenidades presentes em zonas rurais e de recursos naturais para fins recreacionais e lúdicos tem mostrado uma tendência crescente, pelo que o potencial de desenvolvimento de algumas regiões de baixa densidade poderá estar associado à actividade turística (Deller et al., 2001) e à capacidade de valorização dos produtos locais (artesanato, bens de produção exclusiva na região, património e cultura locais...). Os habitantes destas regiões poderão ainda beneficiar de ganhos não-salariais (por exemplo: cultivo agrícola para consumo próprio), capazes de mitigar uma potencial diferença salarial entre regiões rurais e urbanas.

As escolhas e preferências individuais poderão também condicionar o desenvolvimento das regiões. Factores económicos tais como a procura de habitação mais barata, entre outros anteriormente referidos, poderão ter um peso importante nas decisões das famílias. No entanto “as motivações para os movimentos migracionais na nossa sociedade parecem estar a mudar, com uma forte orientação para a consideração de factores não-económicos e amenidades” (Nelson e Beyers, 1998). McHugh, Hogan e Happel (1995 *in* Nelson e Beyers, 1998) sugerem um quadro-referência para os movimentos migracionais de acordo com a idade dos migrantes, que distingue motivações tão distintas como a ida para a universidade, retorno à localidade natal, mudança de emprego ou mudanças sazonais (*snowbirds* e *sunbirds*). Específicas das regiões de baixa densidade populacional serão o apreço pelas amenidades rurais, nomeadamente em termos de paisagem, cultura e bio-diversidade, ou o desejo de fuga das zonas urbanas em busca de menor poluição, silêncio, menor congestionamento e baixa criminalidade, factores que poderão potenciar a procura destas zonas para fins habitacionais. Contudo, “as diferentes aspirações e motivações dos migrantes –

frequentemente relacionadas com valores como o idílio rural ou custo de vida mais baixo – representam um desafio para as comunidades locais” (Terluin, 2003), obrigadas a encontrar um equilíbrio entre crescimento económico e valores tradicionais. Também o crescimento de eventuais zonas urbanas adjacentes poderá constituir uma ameaça para as zonas de baixa densidade. Uma transformação excessiva de solo para uso habitacional, destruindo irremediavelmente recursos naturais ou paisagísticos e favorecendo o fenómeno de *sprawl* urbano, poderá comprometer seriamente o potencial de desenvolvimento das regiões rurais, transformadas em suburbanas em virtude do elevado número de movimentos pendulares de grande amplitude, em direcção ao grande centro urbano.

A concentração ou dispersão da população ao longo do território da região desempenha igualmente um papel importante no seu desenvolvimento. O fornecimento de bens públicos, tais como a construção e manutenção de estradas, saneamento, abastecimento de água e electricidade ou recolha de lixo, implica custos substanciais que se poderão tornar incomportáveis para o erário público em zonas de baixa densidade populacional e elevada dispersão. As políticas governamentais ao nível territorial e de planeamento estratégico são fundamentais neste contexto, bem como em termos de investimento público e estrutura governamental. De acordo com Bor et al. (1997, *in* Terluin, 2003), “o desenvolvimento rural resulta da interacção entre forças globais e respostas locais”. Uma resposta rápida e adequada por parte dos líderes locais a situações de mudança pode afectar grandemente as comunidades locais, não só de forma directa, mas também através da influência no comportamento e atitudes dos agentes económicos locais.

Parte das regiões de baixa densidade no espaço europeu têm ainda no sector agrícola uma importante fonte de rendimento. No entanto, os padrões de qualidade e segurança alimentar impostos, tanto por entidades governamentais como pelo crescente número de empresas que utilizam produtos agrícolas no seu processo produtivo, vieram ditar alterações profundas no sector. Torna-se necessário um aumento da produtividade, por forma a garantir a competitividade dos produtos, bem como assegurar uma produção estável, factores que conduzem à introdução de inovações tecnológicas nas explorações agrícolas. Esta necessidade leva a que as grandes explorações se tornem predominantes em zonas mais desenvolvidas. Também a incorporação de medidas de protecção ambiental no quadro da política agrícola, bem como a crescente integração entre políticas rural e agrícola (ARL e DATAR, 2003), com o objectivo de garantir a

atractividade das zonas rurais, colocaram novos desafios ao sector, passíveis de condicionar o desenvolvimento das zonas de baixa densidade populacional.

## 2.2 – Viabilidade e impacto do desenvolvimento de regiões de baixa densidade populacional

Considerando alguns dos factores previamente enunciados relativamente a zonas de baixa densidade, nomeadamente a incapacidade de gerar economias de escala, a “degradação espacial” a que está sujeita a transferência informal de conhecimento ou os maiores custos de provisão de bens públicos associados a estas zonas, poderíamos ser levados a concluir que a aglomeração representa o padrão socialmente óptimo de alocação espacial. No entanto, partindo da hipótese enunciada por Tiebout em 1956 de que “as pessoas escolhem a combinação de bens e serviços que maximize a sua utilidade pessoal através da migração”, Kilkenny (1998) sugere a inexistência de uma única solução socialmente desejável para a localização de actividades económicas, variando estas em função das preferências da comunidade. Lancaster (1979, *in* Kilkenny, 1998) refere que “as diferenças entre produtos podem ser decompostas em características mensuráveis, a partir das quais os consumidores deduziriam a sua utilidade”, pelo que a procura de um bem estaria dependente da procura dos consumidores por determinadas características. “As áreas rurais produzem alimentos, recursos naturais e outros bens e serviços com atributos específicos do local de produção, muitos dos quais não podem ser produzidos em cidades” (Isserman, 1996 *in* Kilkenny, 1998), pelo que os modelos económicos existentes, ao não fazer uma distinção qualitativa dos bens de acordo com o seu local de proveniência, acabariam por ser demasiado simplistas, tanto para espaços urbanos como para espaços rurais. Já os modelos da *new economic geography* propostos por Krugman (1996, *in* Kilkenny, 1998) salientam que, num contexto de elevada preferência pela variedade, a dimensão óptima de uma empresa poderá ser tão reduzida quanto a empresa unipessoal, pelo que “não há razão particular pela qual as indústrias rurais, desde que diferenciadas das competidoras urbanas, não possam beneficiar da mesma preferência pela variedade” (Kilkenny, 1998). Este contexto encontra semelhanças com a situação actual, em que os

consumidores procuram diferenciar os produtos através de aspectos qualitativos, “como reacção contra a homogeneização e produção em massa, procurando produtos originais e que expressam um certo grau de autenticidade” (Vaz et al., 2009).

O desenvolvimento das regiões de baixa densidade populacional pressupõe, conforme referido anteriormente, uma especial atenção ao sector agrícola. A necessidade de modernização e aumento de produtividade das explorações agrícolas levará, invariavelmente, a um predomínio de grandes explorações e ao declínio da população ligada ao sector primário. Porém, a consideração de que a diversificação da base económica local, conferindo-lhe uma maior capacidade de resistência a choques, é um aspecto desejável para o desenvolvimento das regiões de baixa densidade populacional, abre espaço para que a perda de empregos se torne num processo de destruição criativa (Schumpeter, 1942, *in* Reinert, 2006), capaz de gerar fenómenos de empreendedorismo e criação de empregos noutros sectores de actividade. O crescimento da procura de zonas rurais enquanto destino turístico permite ainda aos proprietários rurais uma diversificação da sua actividade e aumento das possíveis fontes de receita.

É ainda expectável que o desenvolvimento das regiões de baixa densidade produza efeitos ao nível das amenidades rurais, tendo também um impacto ecológico. A manutenção do património paisagístico e resguardo da identidade cultural regional, bem como a preservação da biodiversidade, o menor risco de incêndios florestais e uma utilização dos solos mais equilibrada, são factores dificilmente quantificáveis em termos monetários mas de inestimável valor.

Por outro lado, a implementação de políticas de salvaguarda territorial e de desenvolvimento envolve frequentemente a necessidade de cooperação entre diversas entidades, que nem sempre se afigura fácil. Desta forma, a criação de *networks* internas e externas, capazes de promover a interacção entre agentes económicos é um dos desafios que se coloca às regiões rurais, a par com a necessidade e dificuldade de fornecer formação e *soft-skills* à população (devido ao reduzido número de universidades e outras instituições existentes nestas zonas). O custo do fornecimento de bens públicos é, aliás, um dos principais entraves directamente associados à baixa densidade populacional. Os elevados custos fixos associados à sua prestação poderão colocar uma pressão financeira inoportável nos ombros das entidades governamentais locais, originando deterioração da qualidade de prestação dos serviços

ou aumento de impostos e taxas locais. Em qualquer dos casos, o resultado será um processo de acumulação negativa, culminando com o agravamento das disparidades regionais (Geys et al., 2007). Outro dos problemas verificados nas regiões de baixa densidade populacional, é o elevado custo de transporte de pessoas e mercadorias, com reflexos económicos e em custos para o ambiente.

A totalidade das considerações anteriores reflecte a necessidade de elaboração de planos de desenvolvimento específicos para cada local, que tenham em atenção os recursos endógenos e as potencialidades de cada região, mas também os seus problemas estruturais e as ameaças enfrentadas. A aplicação de soluções modelizadas, baseadas em medidas tipificadas enunciadas sob a forma de discurso inspiracional, que frequentemente encontramos em diversos artigos, não configura uma solução para a realidade das regiões de baixa densidade europeias mais atrasadas no seu processo de desenvolvimento. A aplicação de uma solução numa região específica não poderá ser previamente considerada como garantia de sucesso dessa mesma solução numa outra região, ainda que de características aparentemente semelhantes.

Importa ainda salientar que nem todas as regiões têm um potencial de desenvolvimento semelhante, pelo que algumas acabarão inevitavelmente por ver a sua população reduzida a números diminutos, tendo as medidas a aplicar um efeito meramente paliativo. Porém, muitas outras encerram condições para um desenvolvimento económico assinalável, que lhes permita competir directamente com outras regiões (nomeadamente urbanas) na captação de recursos e, porventura, até mesmo de população, no sentido de ser tornarem economicamente viáveis. Assinale-se que, neste contexto, a definição de viabilidade económica não se deverá confundir com a de auto-sustentabilidade. A valorização das amenidades ou do património oferecido por uma região poderão justificar a atribuição de incentivos estatais aos seus habitantes, assegurando a sua viabilidade nestas condições.

Os argumentos anteriormente expostos não evidenciam que a captação de população seja necessariamente um objectivo para algumas regiões de baixa densidade. A existência de uma rede de infraestruturas construída com o propósito de servir uma determinada população, devidamente consolidada ao longo do tempo, poderá colidir com alterações de elevada dimensão na estrutura populacional, condicionando o desenvolvimento das regiões. Um elevado crescimento populacional que não seja

acompanhado pelo desenvolvimento das infraestruturas da região, levará a que estas fiquem obsoletas e sem capacidade de resposta para as novas necessidades da população. No sentido contrário, um elevado declínio populacional poderá originar o sobre-dimensionamento das infraestruturas existentes, com os reflexos anteriormente referidos ao nível da qualidade de prestação de serviços e aumento dos custos. Desta forma, a perda de densidade populacional poderá condicionar seriamente, ou mesmo comprometer irremediavelmente, o desenvolvimento de uma região. É este cenário de perda de população (e conseqüentemente de densidade populacional), verificado em numerosas regiões de diversos países da União Europeia, que iremos abordar no capítulo seguinte, através do estudo de um conjunto de regiões seleccionadas.

### 3. REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NA UE

#### 3.1– Critérios de selecção

Tendo presentes a intenção de realizar um estudo representativo das diversas realidades existentes na União Europeia e a impossibilidade de analisar o conjunto de todas as regiões de baixa densidade dos 27 países constituintes, optámos por seleccionar um conjunto relativamente heterogéneo de países que considerámos representativos de diferentes estádios de desenvolvimento. Além de Portugal, incluímos neste estudo a Bulgária e a Roménia, enquanto membros mais recentes da União Europeia; a Polónia, como membro resultante do alargamento de 2004; e a Suécia, na condição de país caracterizado por elevados índices de desenvolvimento económico e social. Uma análise breve aos valores do Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes (2007) apresentados pelo Eurostat, expressos em Paridade de Poder de Compra (PPC), reflecte uma discrepância notável entre os valores obtidos para os membros resultantes do alargamento mais recente da União Europeia (Bulgária: 9400 e Roménia: 10400) e para a Suécia (30600), indiciadora de uma elevada discrepância ao nível dos estádios de desenvolvimento e qualidade de vida das suas populações, surgindo a Polónia (13600) e Portugal (18800) numa situação intermédia. Para além deste aspecto, se a escassez de informação relativa aos países-membros mais recentes poderia colocar um desafio suplementar à realização deste trabalho, a superação desta dificuldade ofereceria a gratificação adicional de colmatar a lacuna de informação existente sobre os mesmos. Finalmente, importa ainda referir que o conhecimento pessoal da generalidade dos territórios mencionados pesou decisivamente na selecção de países efectuada.

A inclusão da Suécia neste quadro comparativo justifica-se ainda pela reduzida densidade populacional verificada praticamente na totalidade do seu território, com particular incidência na região norte (*Norra Sverige*). A coexistência de uma densidade populacional extremamente reduzida (5,46 habitantes/Km<sup>2</sup>) com elevados níveis de desenvolvimento e qualidade de vida das populações parece fundamental, à partida, os argumentos anteriormente apresentados que sustentam a viabilidade das regiões de baixa densidade, particularmente se atendermos à localização periférica da região, no

contexto europeu. Há, no entanto, que considerar algumas aspectos peculiares desta região de clima agreste, pouco propício à prática agrícola. A existência de uma base económica regional historicamente associada à exploração de recursos como a floresta e a pesca, bem como à actividade de exploração mineira levou a que o êxodo rural não tomasse as mesmas proporções que noutras regiões europeias, em que a agricultura era a actividade dominante. Como tal, a estrutura populacional manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, permitindo o desenvolvimento de infraestruturas adequadas à dimensão da população.

A selecção das regiões NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos) a estudar em cada país foi inicialmente dominada por uma questão: a definição de região de baixa densidade está longe de ser unânime, podendo ser alvo de diferentes análises consoante a região do globo em estudo, atendendo às características distintas do povoamento de cada continente. No European Union Labour Force Survey 2005 é utilizada a expressão “área escassamente povoada” para definir regiões que apresentem uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por km<sup>2</sup> e que não sejam adjacentes a uma área densamente povoada (>500 habitantes/km<sup>2</sup>). Porém, a aplicação directa destes critérios aos dados disponibilizados pelo Eurostat para 2007 resultaria numa selecção extraordinariamente extensa, decorrente da relativamente baixa densidade populacional de países como a Bulgária (69,01 habitantes/km<sup>2</sup>), a Roménia (90,38 habitantes/km<sup>2</sup>) ou a Suécia (20,73 habitantes/km<sup>2</sup>). De entre as 28 regiões NUTS3 que constituem a Bulgária, apenas as 3 regiões em que se situam as maiores cidades (Sofia, Plovdiv e Varna) apresentam uma densidade populacional superior a 100 habitantes por km<sup>2</sup>. No caso da Roménia, 32 das 42 regiões NUTS3 apresentar-se-iam como “escassamente povoadas”, situação idêntica a 19 das 21 regiões NUTS3 suecas. Na Polónia, apesar da densidade populacional mais elevada (121,92 habitantes/km<sup>2</sup>), 29 das 66 regiões apresentam densidades abaixo do limiar mencionado, enquanto em Portugal (115,16 habitantes/km<sup>2</sup>), das 28 NUTS3 que constituem o território continental, 15 encontravam-se nessas circunstâncias, perfazendo um total de 120 regiões, manifestamente demasiado extenso. Como tal, optámos pela adopção de um critério mais restritivo na selecção de regiões, baseado em dois requisitos fundamentais: apresentar uma densidade populacional inferior a 75 habitantes/km<sup>2</sup> e uma população estagnada ou em declínio no período considerado, entre 2000 e 2007 (variável TCM POP 00-07 no Quadro 1). A aplicação destes critérios permitiu-nos chegar a uma

selecção constituída por um total de 58 regiões. As regiões portuguesas Pinhal Interior Norte e Alentejo Central afiguram-se como excepções ao segundo critério, bem como a região sueca Västerbottens. No caso das primeiras, este facto é justificado com a procura de aproximação à selecção de regiões estudadas no âmbito do Demospin, enquanto a inclusão da região sueca permitiu a possibilidade de estudar a região NUTS1 Norra Sverige na sua totalidade, acedendo desta forma a um maior leque de dados potencialmente merecedores de análise. Na totalidade das excepções, o reduzido crescimento populacional foi determinante na decisão de manter as regiões na selecção final. No Quadro 1 apresentamos essa mesma selecção, bem como os dados referentes à população nos anos 2007 e 2000 (variável POP), área (expressa em Km<sup>2</sup>), densidade populacional (DENS (HAB/KM<sup>2</sup>)) e a taxa de crescimento médio anual da população no intervalo considerado (TCM POP 00-07).

Quadro 1: Regiões seleccionadas – Demografia

GEO	POP (2007)	AREA (Km <sup>2</sup> )	DENS (HAB/KM <sup>2</sup> )	POP (2000)	TCM POP 00-07
BG - Bulgária	7659,8	111001,90	69,01	8170,20	-0,80%
BG311 - Vidin	113,7	3032,90	37,49	137,50	-2,35%
BG312 - Montana	162,6	3635,60	44,72	189,80	-1,91%
BG313 - Vratsa	204,3	3619,80	56,44	254,30	-2,70%
BG314 - Pleven	299,8	4653,30	64,43	317,20	-0,70%
BG315 - Lovech	156,4	4128,80	37,88	175,40	-1,42%
BG321 - Veliko Tarnovo	279,8	4661,60	60,02	300,00	-0,87%
BG322 - Gabrovo	133,9	2023,00	66,19	152,90	-1,64%
BG324 - Razgrad	137,0	2639,70	51,90	164,50	-2,26%
BG325 - Silistra	131,8	2846,30	46,31	152,10	-1,77%
BG332 - Dobrich	203,9	4719,70	43,20	225,30	-1,24%
BG333 - Shumen	197,1	3389,70	58,15	214,40	-1,05%
BG334 - Targovishte	133,5	2558,50	52,18	144,20	-0,96%
BG343 - Yambol	143,5	3355,50	42,77	167,00	-1,88%
BG414 - Pernik	139,2	2394,20	58,14	152,50	-1,13%
BG415 - Kyustendil	150,0	3051,50	49,16	169,80	-1,54%
BG422 - Haskovo	263,0	5533,30	47,53	290,80	-1,25%
BG424 - Smolyan	129,0	3192,80	40,40	145,20	-1,47%
BG425 - Kardzhali	157,1	3209,10	48,95	201,30	-3,05%
PL - Polónia	38120,6	312679,00	121,92	38258,60	-0,05%
PL311 - Bialski	309,1	5976,00	51,72	315,70	-0,26%
PL312 - Chelmsko-zamojski	652,4	9292,00	70,21	671,40	-0,36%

PL344 - Lomzynski	413,3	8818,00	46,87	426,20	-0,38%
PL345 - Suwalski	277,1	6237,00	44,43	280,90	-0,17%
PL422 - Koszalinski	592,4	10403,00	56,95	594,40	-0,04%
PL423 - Stargardzki	375,5	6838,00	54,91	378,20	-0,09%
PL621 - Elblaski	530,2	7497,00	70,72	532,00	-0,04%
PL623 - Elcki	283,8	6346,00	44,72	283,90	0,00%
PT - Portugal	10608,3	92117,50	115,16	10225,80	0,46%
PT117 - Douro	213,1	4108,00	51,87	221,00	-0,45%
PT118 - Alto Trás-os-Montes	217,1	8172,00	26,57	221,80	-0,27%
PT164 - Pinhal Interior Norte	137,8	2616,60	52,66	136,80	0,09%
PT166 - Pinhal Interior Sul	41,3	1904,80	21,68	44,70	-0,98%
PT167 - Serra da Estrela	48,1	867,80	55,43	49,60	-0,38%
PT168 - Beira Interior Norte	110,7	4062,70	27,25	114,00	-0,37%
PT169 - Beira Interior Sul	74,3	3748,40	19,82	77,40	-0,51%
PT16A - Cova da Beira	91,6	1374,50	66,64	92,20	-0,08%
PT181 - Alentejo Litoral	96,5	5255,80	18,36	97,60	-0,14%
PT182 - Alto Alentejo	118,8	6249,00	19,01	124,80	-0,61%
PT183 - Alentejo Central	170,3	7228,90	23,56	169,80	0,04%
PT184 - Baixo Alentejo	128,1	8542,20	15,00	132,50	-0,42%
RO - Roménia	21546,9	238391,00	90,38	22443,00	-0,51%
RO112 - Bistrita-Nasaud	316,9	5355,00	59,18	326,10	-0,36%
RO116 - Salaj	243,2	3864,00	62,94	255,90	-0,63%
RO121 - Alba	375,7	6242,00	60,19	396,30	-0,67%
RO123 - Covasna	223,4	3710,00	60,22	230,70	-0,40%
RO124 - Harghita	325,8	6639,00	49,07	341,70	-0,59%
RO225 - Tulcea	250,5	8499,00	29,47	263,00	-0,61%
RO312 - Calarasi	314,8	5088,00	61,87	331,90	-0,66%
RO315 - Ialomita	290,1	4453,00	65,15	304,70	-0,61%
RO412 - Gorj	381,2	5602,00	68,05	394,80	-0,44%
RO413 - Mehedinti	298,3	4933,00	60,47	322,30	-0,96%
RO421 - Arad	457,6	7754,00	59,01	476,30	-0,50%
RO422 - Caras-Severin	327,4	8520,00	38,43	352,70	-0,93%
RO423 - Hunedoara	472,1	7063,00	66,84	522,60	-1,26%
SE - Suécia	9148,1	441369,50	20,73	8872,10	0,38%
SE3 - Norra Sverige	1704,4	312051,60	5,46	1726,80	-0,16%
SE311 - Värmlands län	273,7	19388,00	14,12	275,80	-0,10%
SE312 - Dalarnas län	275,7	30405,20	9,07	279,40	-0,17%
SE313 - Gävleborgs län	275,6	19755,80	13,95	280,00	-0,20%
SE321 - Västernorrlands län	243,7	23106,60	10,55	248,10	-0,22%
SE322 - Jämtlands län	127,0	54100,40	2,35	130,10	-0,30%
SE331 - Västerbottens län	257,6	59284,10	4,35	256,20	0,07%
SE332 - Norrbottens län	251,2	106011,50	2,37	257,20	-0,29%

Fonte: Eurostat e Central Statistical Office of Poland

O período considerado para a análise foi 2000-2007 por permitir um maior cruzamento de dados e informação entre as regiões, para além de incluir os momentos de entrada na União Europeia de Polónia, Bulgária e Roménia.

### 3.2– Análise Demográfica e do Mercado de Trabalho

A análise do Quadro 1, apresentado anteriormente, permite-nos inferir que o decréscimo populacional apresenta valores particularmente assinaláveis em algumas regiões da Bulgária, sendo mais moderado na generalidade das regiões dos restantes países. Já no Quadro 2, apresentado seguidamente, podemos verificar que, à excepção de cinco regiões polacas e duas regiões romenas, o saldo natural (SALDO NAT), dado pela “diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos num dado período de tempo” (INE, 2006), apresentou valores negativos para a generalidade das regiões. Consequentemente, também a taxa de crescimento natural em permilagem (TX CRESC NAT), indicador que reflecte o “saldo natural observado durante um determinado período de tempo referido à população média desse período expressa por  $10^3$  habitantes” (INE, 2006), apresenta valores negativos para as mesmas regiões. Esta circunstância poderia indiciar algum envelhecimento da população, plenamente comprovada nos casos de Bulgária, Suécia e particularmente em Portugal, conforme podemos verificar através da análise do índice de envelhecimento (IND ENV). Este indicador, que expressa uma relação entre a população idosa e a população jovem, definida para esta análise como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idade inferior a 15 anos (expresso por  $10^2$  pessoas), apresenta valores consideravelmente acima do valor 100, para o qual existiria equilíbrio entre população jovem e população idosa, em todas as regiões portuguesas. As regiões Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Alto Alentejo são merecedoras de particular destaque ao apresentarem índices de envelhecimento superiores a 200, os mais elevados de entre as regiões em análise, demonstrando a existência de uma população fortemente envelhecida. Na Polónia encontramos um cenário diametralmente oposto, verificando-se a existência uma população predominantemente jovem, à semelhança do que ocorre na maioria das regiões romenas. Exclui-se, desta forma, o envelhecimento da população como principal

motivo para o saldo natural negativo apresentado pela maioria das regiões de baixa densidade populacional da Roménia, sendo legítimo considerar a possibilidade de tal se dever às circunstâncias económicas que posteriormente iremos analisar.

Quadro 2: Variação Populacional e Índice de Envelhecimento

GEO	SALDO NAT	TX CRESC NAT	SALDO MIG	TX CRESC MIG	IND ENV (2007)
BG - Bulgária	-335,4	-42,38	-175,00	-22,11	128,4
BG311 - Vidin	-14,0	-111,46	-9,8	-78,03	194,2
BG312 - Montana	-16,6	-94,21	-10,6	-60,16	172,4
BG313 - Vratsa	-16,7	-72,83	-33,3	-145,22	140,6
BG314 - Pleven	-21,9	-70,99	4,5	14,59	153,5
BG315 - Lovech	-11,5	-69,32	-7,5	-45,21	157,4
BG321 - Veliko Tarnovo	-19,3	-66,57	-0,9	-3,10	156,1
BG322 - Gabrovo	-10,1	-70,43	-8,9	-62,06	182,3
BG324 - Razgrad	-5,8	-38,47	-21,7	-143,95	100,3
BG325 - Silistra	-7,7	-54,24	-12,6	-88,76	121,5
BG332 - Dobrich	-8,0	-37,28	-13,4	-62,44	113,6
BG333 - Shumen	-7,1	-34,51	-10,2	-49,57	106,8
BG334 - Targovishte	-6,2	-44,65	-4,5	-32,41	110,8
BG343 - Yambol	-9,6	-61,84	-13,9	-89,53	146,3
BG414 - Pernik	-11,0	-75,42	-2,3	-15,77	191,8
BG415 - Kyustendil	-12,3	-76,92	-7,5	-46,90	173,0
BG422 - Haskovo	-14,2	-51,28	-13,6	-49,12	144,8
BG424 - Smolyan	-4,7	-34,28	-11,5	-83,88	125,1
BG425 - Kardzhali	-0,8	-4,46	-43,4	-242,19	100,8
PL - Polónia	-0,9	-0,02	-137,1	-3,59	85,0
PL311 - Bialski	-1,0	-3,20	-5,6	-17,93	79,7
PL312 - Chelmsko-zamojski	-7,7	-11,63	-11,3	-17,07	91,5
PL344 - Lomzynski	-5,3	-12,63	-7,6	-18,11	97,0
PL345 - Suwalski	2,6	9,32	-6,4	-22,94	75,8
PL422 - Koszalinski	5,8	9,77	-7,8	-13,14	72,1
PL423 - Stargardzki	4,4	11,68	-7,1	-18,84	68,1
PL621 - Elblaski	8,5	16,00	-10,3	-19,39	65,5
PL623 - Elcki	5,3	18,67	-5,4	-19,02	65,8
PT - Portugal	45,2	4,34	337,3	32,38	114,2
PT117 - Douro	-6,8	-31,33	-1,1	-5,07	146,2
PT118 - Alto Trás-os-Montes	-10,2	-46,48	5,5	25,06	203,5
PT164 - Pinhal Interior Norte	-7,0	-50,98	8	58,27	178,0
PT166 - Pinhal Interior Sul	-4,6	-106,98	1,2	27,91	285,2
PT167 - Serra da Estrela	-4,2	-85,98	2,7	55,27	205,2
PT168 - Beira Interior Norte	-6,9	-61,42	3,6	32,04	210,8
PT169 - Beira Interior Sul	-4,5	-59,33	1,4	18,46	236,1

PT16A - Cova da Beira	-2,4	-26,12	1,8	19,59	175,5
PT181 - Alentejo Litoral	-3,3	-34,00	2,2	22,67	187,0
PT182 - Alto Alentejo	-7,9	-64,86	1,9	15,60	205,8
PT183 - Alentejo Central	-4,7	-27,64	5,2	30,58	175,4
PT184 - Baixo Alentejo	-7,5	-57,56	3,1	23,79	178,0
RO - Roménia	-333,1	-15,14	-563	-25,60	96,5
RO112 - Bistrita-Nasaud	2,5	7,78	-11,7	-36,39	72,9
RO116 - Salaj	-5,8	-23,24	-6,9	-27,65	91,3
RO121 - Alba	-8,8	-22,80	-11,8	-30,57	100,8
RO123 - Covasna	1,4	6,17	-8,7	-38,32	79,9
RO124 - Harghita	-1,2	-3,60	-14,7	-44,04	83,6
RO225 - Tulcea	-3,7	-14,41	-8,8	-34,27	86,6
RO312 - Calarasi	-6,6	-20,41	-10,5	-32,47	105,5
RO315 - Ialomita	-5,4	-18,16	-9,2	-30,93	99,9
RO412 - Gorj	-4,4	-11,34	-9,2	-23,71	83,3
RO413 - Mehedinti	-11,8	-38,03	-12,2	-39,32	110,2
RO421 - Arad	-17,5	-37,48	-1,2	-2,57	103,9
RO422 - Caras-Severin	-11,6	-34,11	-13,7	-40,29	101,1
RO423 - Hunedoara	-13,5	-27,14	-37	-74,39	99,5
SE - Suécia	52,1	5,78	223,9	24,85	102,1
SE3 - Norra Sverige	-33,1	-19,29	10,7	6,24	123,4
SE311 - Värmlands län	-7,5	-27,30	5,4	19,65	127,6
SE312 - Dalarnas län	-6,4	-23,06	2,7	9,73	125,0
SE313 - Gävleborgs län	-7,9	-28,44	3,5	12,60	127,1
SE321 - Västernorrlands län	-5,8	-23,59	1,4	5,69	128,1
SE322 - Jämtlands län	-3,4	-26,45	0,3	2,33	125,6
SE331 - Västerbottens län	-1,0	-3,89	2,4	9,34	109,5
SE332 - Norrbottens län	-4,0	-15,74	-2	-7,87	122,3

Fonte: Eurostat

O saldo migratório (SALDO MIG), “calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural” (INE, 2006), apresenta valores positivos para a generalidade das regiões portuguesas e suecas, bem como para a região búlgara de Pleven, em contraste com o verificado nas restantes regiões. Da mesma forma, também a taxa de crescimento migratório em per milagem (TX CRESC MIG), referente ao “saldo migratório observado durante um determinado período de tempo referido à população média desse período expressa por  $10^3$  habitantes” (INE, 2006), apresenta a mesma realidade, denotando uma reduzida capacidade de atracção populacional por parte das regiões búlgaras e romenas.

Verifica-se, desde já, a existência de dois paradigmas distintos: de um lado os países mais desenvolvidos, Suécia e Portugal, que surgem como destinos de imigração e que

encontram no envelhecimento da população e no saldo natural negativo os principais motivos para o decréscimo populacional; do outro lado os países menos desenvolvidos, Bulgária, Polónia e Roménia, que devem o declínio populacional maioritariamente à existência de um saldo migratório fortemente negativo, muitas vezes coadjuvado por um saldo natural igualmente negativo.

Uma análise complementar às migrações regionais internas na Suécia, apresentada no Quadro 3, permite-nos concluir que a região Norte da Suécia (Norra Sverige) regista um saldo migratório interno negativo, perdendo população para as regiões Suécia Oriental (Östra Sverige) e Sul da Suécia (Södra Sverige), mais densamente povoadas. A disponibilização destes dados, ao nível do Eurostat, para um nível NUTS diferente do considerado neste estudo, inviabilizou a realização desta análise para as restantes regiões. Optámos por manter esta análise por considerarmos que a existência de um saldo migracional total positivo para a região Norte da Suécia (Norra Sverige), conforme verificámos no Quadro 2, provocado pela chegada de imigrantes provenientes de outros países, atesta o poder de atracção populacional da região a nível internacional, suficientemente forte para contrabalançar a perda populacional interna para outras regiões..

Quadro 3 – Migrações internas nas regiões suecas NUTS1

Saldo Migratório Interno	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Norra Sverige	-9407	-6862	-3581	-1591	-1751	-3307	-5795	-6693	-38987
Östra Sverige	5979	2278	-1779	-3147	-1808	495	3358	6215	11591
Södra Sverige	3428	4584	5360	4738	3559	2812	2437	478	27396

Fonte: Eurostat

O abandono da agricultura e de outras actividades primárias poderá constituir uma possível explicação para o saldo migratório negativo registado em diversas regiões. Impõe-se, como tal, um olhar mais atento sobre a realidade deste sector nas diferentes regiões de baixa densidade consideradas. O Quadro 4 reflecte um retrocesso generalizado, ao nível dos países, no peso do sector primário no emprego total, no período entre 2000 e 2007. Esta tendência, verificada de forma moderada na totalidade das regiões analisadas da Suécia, onde o peso do sector no total do emprego é bastante diminuto e possivelmente mais relacionado com a actividade pesqueira do que com a exploração agríciola, apresenta-se, numa escala bastante mais alargada, na totalidade

das regiões da Polónia analisadas, dado o elevado número de empregos afectos ao sector primário, nomeadamente nas regiões mais a Leste (Bialski, Chelmsko-zamojski, Lomzynski e Suwalski). O cenário apresenta contornos ainda mais radicais na Roménia, onde a percentagem de pessoas empregadas no sector diminui drasticamente no período considerado. Importa ainda salientar que as regiões Călărași e Ialomița, situadas na região Sud-Muntenia, em redor da capital Bucareste, apresentavam a maior proporção de emprego no sector primário da totalidade das regiões consideradas, tanto em 2000 como em 2007, configurando-se como importantes pólos de produção agrícola do país outrora conhecido como “o celeiro da Europa” e que, em 2007, registava ainda cerca de 30,3% de emprego afecto ao sector primário, a maior percentagem de entre os países analisados.

Em Portugal a situação apresenta contornos distintos para as regiões interiores do Norte e Centro, onde se regista uma elevada importância do sector primário no emprego, e para as regiões alentejanas, com valores bastantes inferiores mas, ainda assim, superiores à média nacional. Em termos evolutivos verifica-se uma tendência pouco clara, tendo cinco das doze regiões registado uma diminuição percentual por oposição às restantes sete, em que se verificou um aumento percentual do emprego no sector primário. No entanto, à semelhança do sucedido para a totalidade do país, as alterações são na sua maioria ligeiras, à excepção das consideráveis diminuições verificadas na Serra da Estrela e Alto Trás-os-Montes e do aumento registado na Beira Interior Sul.

Quadro 4 – Emprego total em milhares (EMP TOT) e emprego no sector primário, expresso em milhares (EMP PRI) e em percentagem do emprego total (%EMP PRI)

GEO	EMP TOT (2000)	EMP TOT (2007)	EMP PRI (2000)	EMP PRI (2007)	%EMP PRI (2000)	% EMP PRI (2007)
BG - Bulgária	3239,2	3714,0	788,8	731,7	24,4	19,7
BG311 - Vidin	36,3	38,8	7,3	8,7	20,1	22,4
BG312 - Montana	50,1	89,6	9,0	32,1	18,0	35,8
BG313 - Vratsa	72,2	81,8	12,0	19,0	16,6	23,2
BG314 - Pleven	107,9	117,5	23,8	29,3	22,1	24,9
BG315 - Lovech	73,2	78,1	21,4	21,9	29,2	28,0
BG321 - Veliko Tarnovo	119,2	124,3	31,7	33,1	26,6	26,6
BG322 - Gabrovo	66,4	71,4	9,0	14,4	13,6	20,2
BG324 - Razgrad	48,9	53,4	15,1	15,8	30,9	29,6
BG325 - Silistra	50,7	64,8	20,6	33,0	40,6	50,9

BG332 - Dobrich	80,2	75,9	29,6	18,8	36,9	24,8
BG333 - Shumen	78,0	80,5	24,8	21,2	31,8	26,3
BG334 - Targovishte	48,5	76,5	16,2	29,7	33,4	38,8
BG343 - Yambol	52,7	86,7	19,3	45,2	36,6	52,1
BG414 - Pernik	52,3	63,9	9,7	21,2	18,5	33,2
BG415 - Kyustendil	65,2	61,3	14,4	11,5	22,1	18,8
BG422 - Haskovo	104,9	105,9	32,5	27,3	31,0	25,8
BG424 - Smolyan	74,8	61,5	30,5	13,5	40,8	22,0
BG425 - Kardzhali	54,9	61,5	14,7	19,8	26,8	32,2
PL - Polónia	15017,5	15174,2	3955,9	2236,3	26,3	14,7
PL311 - Bialski	128,3	128,3	67,4	47,8	52,5	37,3
PL312 - Chelmsko-zamojski	294,3	285,9	168,3	120,1	57,2	42,0
PL344 - Lomzynski	172,3	156,7	96,5	60,5	56,0	38,6
PL345 - Suwalski	107,0	100,5	55,0	34,0	51,4	33,8
PL422 - Koszalinski	193,4	178,2	36,8	17,0	19,0	9,5
PL423 - Stargardzki	108,7	92,8	28,9	12,1	26,6	13,0
PL621 - Elblaski	167,8	192,7	44,0	27,0	26,2	14,0
PL623 - Elcki	84,1	95,4	26,6	16,7	31,6	17,5
PT - Portugal	5030,0	5124,6	634,2	604,3	12,6	11,8
PT117 - Douro	97,2	102,6	42,7	43,8	43,9	42,7
PT118 - Alto Trás-os-Montes	101,1	103,1	50,1	47,0	49,6	45,6
PT164 - Pinhal Interior Norte	63,5	62,5	19,4	18,8	30,6	30,1
PT166 - Pinhal Interior Sul	25,9	26,3	13,7	13,2	52,9	50,2
PT167 - Serra da Estrela	21,9	20,2	8,0	5,3	36,5	26,2
PT168 - Beira Interior Norte	65,6	65,4	29,1	29,5	44,4	45,1
PT169 - Beira Interior Sul	44,7	46,0	15,6	18,5	34,9	40,2
PT16A - Cova da Beira	49,4	46,5	14,8	15,2	30,0	32,7
PT181 - Alentejo Litoral	34,8	39,9	5,6	6,5	16,1	16,3
PT182 - Alto Alentejo	50,4	53,1	8,4	8,9	16,7	16,8
PT183 - Alentejo Central	71,6	74,0	7,6	9,3	10,6	12,6
PT184 - Baixo Alentejo	42,8	46,9	7,6	9,7	17,8	20,7
RO - Roménia	10797,0	9364,8	4988,4	2840,1	46,2	30,3
RO112 - Bistrita-Nasaud	104,8	124,0	44,7	46,5	42,7	37,5
RO116 - Salaj	86,4	87,8	27,3	27,7	31,6	31,5
RO121 - Alba	172,5	168,7	58,5	46,5	33,9	27,6
RO123 - Covasna	144,5	87,2	81,1	20,1	56,1	23,1
RO124 - Harghita	173,5	104,6	79,4	16,7	45,8	16,0
RO225 - Tulcea	180,4	110,0	123,1	47,1	68,2	42,8
RO312 - Calarasi	311,7	172,0	263,3	105,4	84,5	61,3
RO315 - Ialomita	226,1	182,4	182,0	113,7	80,5	62,3
RO412 - Gorj	172,6	172,1	60,1	58,9	34,8	34,2
RO413 - Mehedinti	113,9	123,8	50,5	58,1	44,3	46,9
RO421 - Arad	326,3	195,0	194,7	39,2	59,7	20,1
RO422 - Caras-Severin	182,6	104,8	97,2	22,6	53,2	21,6
RO423 - Hunedoara	236,1	195,7	76,3	27,2	32,3	13,9

SE – Suécia	4300,7	4519,0	127,4	100,0	3,0	2,2
SE3 - Norra Sverige	768,8	782,8	28,1	25,9	3,7	3,3
SE311 - Värmlands län	116,9	118,4	3,6	3,5	3,1	3,0
SE312 - Dalarnas län	121,6	125,8	4,2	4,0	3,5	3,2
SE313 - Gävleborgs län	128,8	125,2	4,7	4,1	3,6	3,3
SE321 - Västernorrlands län	116,2	114,3	4,8	4,2	4,1	3,7
SE322 - Jämtlands län	58,5	59,3	4,6	3,6	7,9	6,1
SE331 - Västerbottens län	114,8	120,7	3,7	3,5	3,2	2,9
SE332 - Norrbottens län	112,0	118,9	2,5	3,0	2,2	2,5

Fonte: Eurostat

Na Bulgária, apesar de se verificar uma diminuição da importância do sector primário ao nível do emprego para a totalidade do país, o cenário apresenta contornos algo indefinidos para as regiões em estudo. Apenas oito das dezoito regiões seleccionadas registam uma diminuição percentual do emprego no sector, verificando-se a maior descida na região montanhosa de Smolyan, alvo de uma forte aposta no sector do turismo ao longo dos últimos anos. Nas restantes dez regiões consideradas verificam-se subidas percentuais, algumas das quais bastantes relevantes, como nos casos das regiões de Yambol, no centro da Bulgária, de Silistra, situada na fronteira com a Roménia, e de Montana e Pernik, próximas da fronteira com a Sérvia, estas últimas fortemente afectadas pela perda de empregos no sector secundário (em termos percentuais), situação semelhante à que encontramos em grande parte das restantes regiões em que se verifica o aumento percentual do emprego no sector primário. Pleven e Kardzhali, com aumentos percentuais ligeiros no emprego afecto ao sector secundário representam as únicas excepções a esta tendência contrastante com a verificada para a globalidade do país. A hipótese de um êxodo rural, motivado pelo abandono da actividade agrícola, como causa fundamental dos movimentos migracionais e da consequente redução da densidade populacional das regiões búlgaras encontra-se, assim, fortemente afectada. Já entre as oito regiões em que o emprego no sector primário declinou, seis delas registaram um aumento do emprego na indústria e construção, sendo Lovech e Razgrad as excepções. Nesta última, apesar das alterações estruturais ao nível do emprego serem diminutas, verifica-se a maior taxa de desemprego de entre as 58 regiões consideradas (aproximadamente 21,6%). Verifica-se ainda que, em doze das dezoito regiões búlgaras analisadas, a taxa de desemprego registada foi superior à média nacional. Por outro lado, a região industrial de Gabrovo registou a menor taxa de desemprego de entre todo

o conjunto de regiões estudadas, com apenas 1,2%, conforme podemos verificar no Quadro 5.

Quadro 5 – Emprego no sector secundário, expresso em milhares (EMP SEC) e em percentagem (%EMP SEC) do emprego total (EMP TOT - apresentado no Quadro 4);

Taxa de Desemprego (TX DESEMP)

GEO	EMP SEC (2000)	EMP SEC (2007)	% EMP SEC 2000	% EMP SEC 2007	TX DESEMP (2007)
BG - Bulgária	892,8	1052,2	27,6	28,3	6,1
BG311 - Vidin	8,5	8,5	23,4	21,9	11,0
BG312 - Montana	16,0	20,7	31,9	23,1	10,1
BG313 - Vratsa	26,9	26,5	37,3	32,4	8,7
BG314 - Pleven	33,1	36,3	30,7	30,9	5,8
BG315 - Lovech	23,7	23,6	32,4	30,2	6,2
BG321 - Veliko Tarnovo	34,9	37,0	29,3	29,8	5,8
BG322 - Gabrovo	30,0	30,1	45,2	42,2	1,2
BG324 - Razgrad	12,2	13,1	24,9	24,5	21,6
BG325 - Silistra	10,3	10,1	20,3	15,6	13,6
BG332 - Dobrich	16,6	20,7	20,7	27,3	11,4
BG333 - Shumen	19,4	23,1	24,9	28,7	15,8
BG334 - Targovishte	12,1	15,7	24,9	20,5	10,0
BG343 - Yambol	11,0	15,9	20,9	18,3	6,9
BG414 - Pernik	20,4	18,2	39,0	28,5	8,2
BG415 - Kyustendil	23,2	23,3	35,6	38,0	3,9
BG422 - Haskovo	28,7	30,9	27,4	29,2	7,6
BG424 - Smolyan	15,1	20,8	20,2	33,8	13,5
BG425 - Kardzhali	15,2	17,7	27,7	28,8	2,6
PL - Polónia	4027,4	4646,5	26,8	30,6	8,1
PL311 - Bialski	17,6	23,2	13,7	18,1	7,1
PL312 - Chelmsko-zamojski	38,1	50,8	12,9	17,8	6,8
PL344 - Lomzynski	26,2	32,1	15,2	20,5	7,1
PL345 - Suwalski	19,6	23,2	18,3	23,1	7,3
PL422 - Koszalinski	51,5	51,9	26,6	29,1	6,7
PL423 - Stargardzki	31,9	29,6	29,3	31,9	6,2
PL621 - Elblaski	48,3	69,5	28,8	36,1	6,2
PL623 - Elcki	19,2	28,3	22,8	29,7	16,7
PT - Portugal	1655,8	1466,7	32,9	28,6	7,1
PT117 - Douro	14,7	14,8	15,1	14,4	7,2
PT118 - Alto Trás-os-Montes	13,5	13,1	13,4	12,7	5,9
PT164 - Pinhal Interior Norte	22,8	19,7	35,9	31,5	3,8
PT166 - Pinhal Interior Sul	5,2	5,1	20,1	19,4	2,3

PT167 - Serra da Estrela	6,2	5,8	28,3	28,7	6,9
PT168 - Beira Interior Norte	13,3	9,9	20,3	15,1	3,6
PT169 - Beira Interior Sul	10,4	7,9	23,3	17,2	5,2
PT16A - Cova da Beira	16,5	11,7	33,4	25,2	7,9
PT181 - Alentejo Litoral	8,9	9,3	25,6	23,3	6,4
PT182 - Alto Alentejo	13,0	11,9	25,8	22,4	8,0
PT183 - Alentejo Central	21,9	18,5	30,6	25,0	6,1
PT184 - Baixo Alentejo	8,2	8,2	19,2	17,5	8,8
RO - Roménia	2634,2	2890,1	24,4	30,9	4,9
RO112 - Bistrita-Nasaud	26,5	38,6	25,3	31,1	3,1
RO116 - Salaj	28,0	28,0	32,4	31,9	4,2
RO121 - Alba	61,2	67,5	35,5	40,0	3,5
RO123 - Covasna	28,9	35,6	20,0	40,8	5,7
RO124 - Harghita	45,2	44,6	26,1	42,6	5,1
RO225 - Tulcea	24,8	28,8	13,7	26,2	6,4
RO312 - Calarasi	20,7	28,5	6,6	16,6	10,3
RO315 - Ialomita	14,6	26,6	6,5	14,6	6,2
RO412 - Gorj	63,4	59,7	36,7	34,7	12,2
RO413 - Mehedinti	29,7	30,2	26,1	24,4	6,1
RO421 - Arad	58,6	85,8	18,0	44,0	5,2
RO422 - Caras-Severin	39,9	39,2	21,9	37,4	6,3
RO423 - Hunedoara	86,8	89,4	36,8	45,7	5,3
SE - Suécia	1045,8	1025,0	24,3	22,7	4,3
SE3 - Norra Sverige	189,4	193,2	24,6	24,7	4,5
SE311 - Värmlands län	30,8	30,3	26,3	25,6	4,3
SE312 - Dalarnas län	33,1	34,6	27,2	27,5	3,8
SE313 - Gävleborgs län	38,8	35,4	30,1	28,3	5,2
SE321 - Västernorrlands län	25,5	26,4	21,9	23,1	4,6
SE322 - Jämtlands län	10,1	11,0	17,3	18,5	3,9
SE331 - Västerbottens län	26,3	27,8	22,9	23,0	3,7
SE332 - Norrbottens län	24,8	27,2	22,1	22,9	6,1

Fonte: Eurostat

Na Polónia e na Roménia verificou-se uma tendência generalizada para o aumento do emprego no sector secundário, sendo a região romena Gorj a única excepção. É também, de entre as regiões romenas consideradas, a que apresenta uma maior taxa de desemprego (12,1%), secundada por Călărași (10,3%), surgindo as restantes regiões bastante distanciadas, ainda que com valores geralmente superiores à média nacional (4,9%). Na Polónia, Elk configura-se como a notável excepção num quadro de regiões que apresentam taxas de desemprego inferiores à média nacional (8,1%), ao apresentar

uma taxa de 16,7%. Os valores registados para a taxa de desemprego em 2007 nas regiões suecas em estudo não diferem grandemente da média nacional (4,3%), sendo Norrbottens a maior excepção (6,1%). Considerando a região NUTS1 Norra Sverige na sua totalidade, verificamos que o emprego no sector secundário se manteve relativamente estável no período considerado. Já ao nível do território nacional verificou-se um ligeiro decréscimo, ainda assim inferior ao registado em Portugal, que viu o peso do sector secundário no emprego cair na generalidade das regiões. Ao nível do desemprego, a maioria das regiões apresentava valores semelhantes ou inferiores à taxa nacional em 2007 (7,1%), excepção feita às regiões Douro, Cova da Beira, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, com taxas ligeiramente superiores

Da análise anterior resulta que a existência de taxas de desemprego tão díspares, inclusivamente no interior de cada um dos países, impossibilita a enunciação de qualquer tipo de correlação entre baixa densidade e desemprego. Verifica-se ainda que, independentemente do estágio de desenvolvimento do país em que se inserem, as regiões de baixa densidade consideradas apresentam, em média, uma percentagem de emprego afecto ao sector primário superior à média nacional. Este último, por seu lado, tende a diminuir de forma evidente na Polónia e na Roménia e de forma mais ténue na Suécia. Bulgária e Portugal registam aumentos em diversas regiões, que contrariam a tendência verificada a nível nacional de diminuição do peso do sector primário no emprego. Estas excepções, pelo seu número e amplitude, bem como pelo facto de se verificarem em países com níveis de desenvolvimento económico desiguais, inviabilizam a formalização de uma conclusão porventura expectável: a diminuição generalizada do emprego no sector primário. Ao nível do sector secundário verificam-se cenários distintos, com uma tendência para a industrialização nos países menos desenvolvidos (Bulgária, Roménia e Polónia) e conseqüente aumento do peso do sector secundário no emprego total, ao contrário do que sucede em Portugal e na Suécia, que caminham no sentido de uma economia de serviços, com a indústria a perder preponderância em detrimento do sector terciário. Porém, estas conclusões não são, uma vez mais, extensíveis à totalidade das regiões de baixa densidade analisadas. A multiplicidade de comportamentos apresentada neste parâmetro dificulta a formulação de qualquer tipo de conclusão a este respeito. Em diversas regiões búlgaras chega a verificar-se um surpreendente declínio do emprego no sector secundário a favor do primário, possivelmente num reflexo tardio das importantes transformações políticas e

económicas operadas na década de 1990, que terão levado ao abandono ou falência de algumas indústrias menos produtivas, originando um retorno aos campos e à prática agrícola. No entanto, estas circunstâncias contrárias à tendência expectável de abandono das actividades ligadas ao sector primário, verificada no resto do país, não devem deixar de ser vistas como excepcionais, levando-nos a concluir que o padrão verificado na Polónia e na Roménia será o normal para os países menos desenvolvidos.

### 3.3– Análise Económica

Ao efectuar a análise da situação económica das regiões, importa considerar a evolução do contexto macroeconómico em que se inserem. Não obstante o facto de o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *pc*) não ser um indicador de rendimento pessoal e de não ter em conta a forma como a riqueza se encontra distribuída numa economia, estas limitações não inviabilizam a sua utilização como indicador de bem-estar e desenvolvimento económico de uma sociedade, traduzindo a ideia de que um aumento da produção agregada de um país terá reflexos positivos para a sua população.

No período compreendido entre os anos 2000 e 2007 verifica-se um crescimento assinalável do Produto Interno Bruto *per capita* em termos nominais expresso em euros (PIB *pc* NOM) na Bulgária, Polónia e Roménia, e um crescimento mais moderado em Portugal e na Suécia. Ao considerarmos o efeito do crescimento dos preços através da introdução de um índice de preços baseado no euro (IND PREÇOS 00) para o período considerado, que nos permite obter o PIB *pc* a preços constantes com base no ano 2000, verificamos que a taxa de crescimento média do PIB *pc* real (TCM PIB *pc* REAL) assumiu valores positivos bastante elevados para Roménia (5,95%) Bulgária (5,29%) e Polónia (3,53%) e valores mais modestos para Suécia (2,08%) e Portugal (0,54%), conforme podemos constatar no Quadro 6.

Quadro 6 – PIB *pc* regional estimado (€/habitante), Índice de preços em euros (base 2000) e Taxa de Crescimento Médio do PIB *pc*

GEO	PIB <i>pc</i> NOM (2000)	PIB <i>pc</i> NOM (2007)	IND PREÇOS 00 (2007)	TCM PIB <i>pc</i> REAL 2000-2007
BG - Bulgária	1700,0	3800,0	148,03	5,29%
BG311 - Vidin	1200,0	2200,0		2,71%

BG312 - Montana	1100,0	2200,0		3,83%
BG313 - Vratsa	2200,0	3100,0		-0,61%
BG314 - Pleven	1400,0	2400,0		1,85%
BG315 - Lovech	1500,0	2900,0		3,39%
BG321 - Veliko Tarnovo	1400,0	2500,0		2,37%
BG322 - Gabrovo	1600,0	3300,0		4,23%
BG324 - Razgrad	1200,0	2300,0		3,28%
BG325 - Silistra	1200,0	2100,0		2,11%
BG332 - Dobrich	1500,0	2300,0		0,44%
BG333 - Shumen	1200,0	2400,0		3,83%
BG334 - Targovishte	1200,0	2500,0		4,36%
BG343 - Yambol	1200,0	2000,0		1,49%
BG414 - Pernik	1300,0	2800,0		4,80%
BG415 - Kyustendil	1600,0	2600,0		1,17%
BG422 - Haskovo	1300,0	2300,0		2,25%
BG424 - Smolyan	1200,0	2700,0		5,37%
BG425 - Kardzhali	1000,0	2200,0		5,08%
PL - Polónia	4900,0	8200,0	126,8	3,53%
PL311 - Bialski	3000,0	4800,0		2,95%
PL312 - Chelmsko-zamojski	2900,0	4900,0		3,65%
PL344 - Lomzynski	3100,0	5100,0		3,31%
PL345 - Suwalski	3300,0	5600,0		3,71%
PL422 - Koszalinski	4100,0	6600,0		3,03%
PL423 - Stargardzki	3400,0	5200,0		2,37%
PL621 - Elblaski	3500,0	5700,0		3,18%
PL623 - Elcki	3200,0	5200,0		3,15%
PT - Portugal	12000,0	15400,0	122,9	0,54%
PT117 - Douro	7200,0	10500,0		2,16%
PT118 - Alto Trás-os-Montes	7400,0	10600,0		1,93%
PT164 - Pinhal Interior Norte	6800,0	9200,0		1,21%
PT166 - Pinhal Interior Sul	7000,0	11400,0		3,58%
PT167 - Serra da Estrela	6300,0	9000,0		1,90%
PT168 - Beira Interior Norte	7900,0	10500,0		0,98%
PT169 - Beira Interior Sul	10200,0	13400,0		0,84%
PT16A - Cova da Beira	7800,0	10200,0		0,78%
PT181 - Alentejo Litoral	14800,0	23000,0		2,98%
PT182 - Alto Alentejo	9800,0	12900,0		0,86%
PT183 - Alentejo Central	10500,0	12900,0		0,00%
PT184 - Baixo Alentejo	8900,0	14400,0		3,50%
RO - Roménia	1800,0	5800,0	202,89	5,95%
RO112 - Bistrita-Nasaud	1400,0	4700,0		6,50%
RO116 - Salaj	1300,0	4800,0		7,77%
RO121 - Alba	1600,0	6400,0		8,86%
RO123 - Covasna	1900,0	4700,0		2,51%
RO124 - Harghita	1800,0	4800,0		3,48%

RO225 - Tulcea	1200,0	3900,0		6,07%
RO312 - Calarasi	1100,0	3000,0		3,77%
RO315 - Ialomita	1300,0	3500,0		3,60%
RO412 - Gorj	1900,0	6100,0		5,90%
RO413 - Mehedinti	1200,0	3800,0		5,72%
RO421 - Arad	2000,0	6600,0		6,27%
RO422 - Caras-Severin	1500,0	4900,0		6,13%
RO423 - Hunedoara	1600,0	5600,0		7,05%
SE - Suécia	30000,0	36200,0	102,4	2,08%
SE3 - Norra Sverige	26200,0	32500,0		2,43%
SE311 - Värmlands län	25200,0	30300,0		2,03%
SE312 - Dalarnas län	26700,0	34600,0		2,99%
SE313 - Gävleborgs län	26100,0	30700,0		1,75%
SE321 - Västernorrlands län	28800,0	32700,0		1,30%
SE322 - Jämtlands län	25000,0	30500,0		2,22%
SE331 - Västerbottens län	24400,0	31800,0		3,06%
SE332 - Norrbottens län	27100,0	36200,0		3,38%

Fonte: Eurostat

Da análise do Quadro 6 resulta a constatação que, à excepção da região de turismo de montanha de Smolyan, todas as restantes regiões búlgaras de baixa densidade registaram um crescimento do PIB *pc* real inferior à média nacional. A região predominantemente industrial de Vratsa, que no ano 2000 apresentava o valor de PIB *per capita* mais elevado de entre as regiões consideradas na Bulgária, registou inclusivamente uma taxa de crescimento médio negativa. Na Polónia a situação apresenta semelhanças, com a maioria das regiões a registarem taxas de crescimento médio inferiores à nacional, excepção feita às regiões fronteiriças de Suwałki e Chelmsko-zamojski. Contudo, a diferença entre a taxa de crescimento médio nacional e a verificada para cada uma das regiões é geralmente inferior à registada no caso da Bulgária, pelo que a trajectória divergente seguida pelas regiões de baixa densidade polacas é menos evidente.

O caso da Roménia assume contornos diferentes, com sete das treze regiões consideradas a registarem taxas de crescimento médio do PIB *per capita* superiores à média, denotando alguma convergência entre regiões de baixa densidade e as restantes. Neste contexto particular, destaque para as regiões de Covasna, Gorj e Arad que, a par com a anteriormente mencionada região búlgara de Vratsa e com o Alentejo Litoral, eram as únicas regiões a apresentar um PIB *per capita* superior à média dos respectivos países, no ano 2000. No final do período considerado, Gorj e Arad apresentaram taxas

de crescimento (5,90% e 6,27%, respectivamente) em linha com a média nacional (5,95%), enquanto Covasna sobressai como a região que apresenta uma menor taxa de crescimento médio (2,51%) de entre as regiões romenas de baixa densidade, seguida pela região vizinha de Harghita (3,48%). As características distintivas muito peculiares destas duas regiões, nomeadamente o facto de funcionarem como um “enclave” maioritariamente povoado e governado por húngaros, poderão, eventualmente, justificar algum retrocesso no processo de crescimento económico destas regiões, à luz de algumas dificuldades de implementação do pressuposto anteriormente referido de que “o desenvolvimento rural resulta da interacção entre forças globais e respostas locais” (Bor et al. 1997, *in* Terluin, 2003). As regiões predominantemente agrícolas de Călărași e Ialomița apresentaram igualmente taxas de crescimento médio (3,77% e 3,60%, respectivamente) inferiores à média nacional. Nos países economicamente mais desenvolvidos, a situação adquire contornos ainda mais nítidos, com a maioria das regiões de baixa densidade a apresentar taxas de crescimento médio do PIB *per capita* superiores à média nacional. Este cenário de notória convergência é facilmente perceptível em Portugal, com onze das doze regiões consideradas a registarem um crescimento superior à média, sendo também particularmente visível ao analisar a região NUTS1 Norte da Suécia (Norra Sverige) na sua totalidade. A tendência para a convergência entre as regiões, verificada nos países mais desenvolvidos, é reforçada pela análise complementar à dispersão regional do Produto Interno Bruto ao nível das regiões NUTS3 (DISP PIB), calculada através da “soma das diferenças absolutas entre o PIB *per capita* regional e nacional, ponderada pela quota regional da população e expressa em percentagem do PIB *per capita* nacional” (EUROSTAT, 2008), apresentada no Quadro 7.

Quadro 7 – Dispersão regional do PIB ao nível NUTS3

GEO	DISP PIB 2000	DISP PIB 2007
BG – Bulgária	27,2	41,9
PL – Polónia	32,8	34,5
PT – Portugal	27,3	26,6
RO – Roménia	30,2	35,3
SE – Suécia	15,8	14,4

Fonte: Eurostat

Nos países menos desenvolvidos verifica-se um aumento da dispersão, que traduz uma crescente desigualdade em termos de distribuição do PIB regional, ao contrário do sucedido em Portugal e na Suécia, que registam uma diminuição no valor deste indicador, no período considerado, conforme expectável pela análise dos dados anteriormente apresentados. Este indicador realça, novamente, a hipótese da existência de dois paradigmas distintos, sendo um constituído pelos países mais desenvolvidos (Suécia e Portugal), apresentando uma tendência para a convergência entre o nível de desenvolvimento económico das regiões de baixa densidade e a média nacional, e o outro constituído pelos países num nível de desenvolvimento económico inferior, em que a disparidade entre as regiões de baixa densidade e as restantes se acentua no período considerado.

Conforme vimos anteriormente, o estudo da realidade das regiões de baixa densidade populacional dificilmente poderá negligenciar a importância do sector primário. No seguimento desta proposição, decidimos analisar o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector primário, que nos permitiu aferir uma diminuição percentual generalizada do peso do sector primário no total da economia, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Valor Acrescentado Bruto Total (em milhões de €) e VAB do sector primário (em milhões de € e em percentagem do VAB TOTAL)

GEO	VAB TOTAL 2000	VAB TOTAL 2007	VAB PRI 2000	% VAB PRI 2000	VAB PRI 2007	% VAB AGR 2007
BG - Bulgária	12138,7	23724,7	1691,0	13,93%	1481,6	6,24%
BG311 - Vidin	142,8	204,4	32,4	22,69%	39,1	19,13%
BG312 - Montana	192,5	296,5	49,7	25,82%	50,4	17,00%
BG313 - Vratsa	501,6	514,6	65,8	13,12%	52,0	10,10%
BG314 - Pleven	393,3	582,4	89,3	22,71%	64,7	11,11%
BG315 - Lovech	231,0	369,3	39,9	17,27%	35,8	9,69%
BG321 - Veliko Tarnovo	382,1	577,9	63,1	16,51%	45,3	7,84%
BG322 - Gabrovo	223,2	360,1	27,3	12,23%	16,6	4,61%
BG324 - Razgrad	173,0	263,4	48,6	28,09%	50,8	19,29%
BG325 - Silistra	164,0	222,9	60,8	37,07%	54,2	24,32%
BG332 - Dobrich	309,1	386,7	105,4	34,10%	69,7	18,02%
BG333 - Shumen	233,3	382,0	56,4	24,17%	51,0	13,35%
BG334 - Targovishte	153,9	269,1	44,3	28,78%	38,9	14,46%
BG343 - Yambol	175,0	239,5	55,0	31,43%	37,8	15,78%
BG414 - Pernik	176,6	314,7	35,0	19,82%	21,4	6,80%
BG415 - Kyustendil	239,2	325,3	41,5	17,35%	51,4	15,80%

BG422 - Haskovo	325,4	505,0	67,5	20,74%	66,6	13,19%
BG424 - Smolyan	157,4	284,6	29,5	18,74%	39,3	13,81%
BG425 - Kardzhali	186,2	287,7	50,4	27,07%	72,3	25,13%
PL - Polónia	165217,3	272072,8	8205,7	4,97%	11645,7	4,28%
PL311 - Bialski	830,5	1300,3	120,5	14,51%	181,3	13,94%
PL312 - Chelmsko-zamojski	1741,9	2773,7	205,3	11,79%	311,9	11,24%
PL344 - Lomzynski	1161,9	1861,7	182,9	15,74%	316,9	17,02%
PL345 - Suwalski	816,8	1354,5	113,5	13,90%	196,9	14,54%
PL422 - Koszalinski	2153,1	3417,0	154,9	7,19%	194,8	5,70%
PL423 - Stargardzki	1150,1	1717,1	127,7	11,10%	160,7	9,36%
PL621 - Elblaski	1670,8	2666,4	168,9	10,11%	201,7	7,56%
PL623 - Elcki	812,6	1295,0	119,0	14,64%	142,5	11,00%
PT - Portugal	106545,1	139826,8	4026,1	3,78%	3498,8	2,50%
PT117 - Douro	1387,4	1925,6	164,5	11,86%	145,9	7,58%
PT118 - Alto Trás-os-Montes	1419,5	1963,1	167,4	11,79%	135,9	6,92%
PT164 - Pinhal Interior Norte	805,2	1091,0	47,0	5,84%	35,7	3,27%
PT166 - Pinhal Interior Sul	271,8	402,3	33,8	12,44%	26,9	6,69%
PT167 - Serra da Estrela	273,0	369,1	15,0	5,49%	9,9	2,68%
PT168 - Beira Interior Norte	785,5	1000,1	60,4	7,69%	32,6	3,26%
PT169 - Beira Interior Sul	684,9	853,3	70,3	10,26%	44,9	5,26%
PT16A - Cova da Beira	628,9	803,2	38,8	6,17%	24,7	3,08%
PT181 - Alentejo Litoral	1253,0	1898,5	232,3	18,54%	188,5	9,93%
PT182 - Alto Alentejo	1061,3	1316,0	183,1	17,25%	144,1	10,95%
PT183 - Alentejo Central	1553,9	1881,9	188,9	12,16%	139,2	7,40%
PT184 - Baixo Alentejo	1022,6	1580,7	194,3	19,00%	153,0	9,68%
RO - Roménia	36511,0	110441,7	4403,9	12,06%	7193,4	6,51%
RO112 - Bistrita-Nasaud	419,3	1319,1	110,3	26,31%	153,2	11,61%
RO116 - Salaj	306,6	1028,7	73,6	24,01%	107,4	10,44%
RO121 - Alba	583,0	2136,8	87,9	15,08%	179,0	8,38%
RO123 - Covasna	401,2	937,9	106,6	26,57%	171,4	18,27%
RO124 - Harghita	546,5	1390,0	100,9	18,46%	176,8	12,72%
RO225 - Tulcea	290,1	860,6	50,0	17,24%	73,4	8,53%
RO312 - Calarasi	315,4	841,6	102,7	32,56%	101,4	12,05%
RO315 - Ialomita	364,2	886,3	89,8	24,66%	90,0	10,15%
RO412 - Gorj	688,8	2044,8	77,2	11,21%	121,0	5,92%
RO413 - Mehedinti	356,1	998,0	60,1	16,88%	79,8	8,00%
RO421 - Arad	845,6	2686,4	113,0	13,36%	200,0	7,44%
RO422 - Caras-Severin	474,9	1422,5	96,5	20,32%	205,1	14,42%
RO423 - Hunedoara	759,5	2324,3	89,3	11,76%	122,1	5,25%
SE - Suécia	233603,1	290099,2	4650,2	1,99%	4110,6	1,42%
SE3 - Norra Sverige	39726,9	48517,2	1758,0	4,43%	1452,2	2,99%
SE311 - Värmlands län	6103,3	7254,4	210,7	3,45%	193,7	2,67%
SE312 - Dalarnas län	6536,5	8353,9	276,3	4,23%	210,4	2,52%
SE313 - Gävleborgs län	6402,5	7415,7	230,3	3,60%	222,1	2,99%
SE321 - Västernorrlands län	6253,6	6977,0	254,1	4,06%	192,1	2,75%

SE322 - Jämtlands län	2851,1	3387,5	278,6	9,77%	193,5	5,71%
SE331 - Västerbottens län	5480,6	7172,0	284,2	5,19%	257,3	3,59%
SE332 - Norrbottens län	6099,3	7956,7	223,9	3,67%	183,1	2,30%

Fonte: Eurostat

Entre as 58 regiões alvo de análise, apenas as regiões polacas de Łomżyński e Suwalski registaram um ligeiro aumento percentual no Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector primário face à totalidade da economia nacional, reflectindo algum abandono da actividade agrícola. Já ao nível do VAB do sector secundário, apresentado no Quadro 8, verificou-se uma evidente tendência para a industrialização na economia das regiões de baixa densidade búlgaras e romenas, também notória na Polónia e na Suécia, ainda que de forma menos visível. Portugal assume-se como a única excepção a esta tendência, registando uma diminuição do peso da indústria em sete das doze regiões consideradas, coincidente com a terceirização da economia verificada no resto do país. A não inclusão de um deflator nos Quadros 8 e 9 prende-se com o facto de o objecto da nossa análise ser o peso relativo dos sectores face ao total da economia, parâmetro que não sofre alterações provocadas pelas mudanças nos preços.

Quadro 9 – Valor Acrescentado Bruto Total (em milhões de €) e VAB do sector secundário (em milhões de € e em percentagem do VAB TOTAL)

GEO	VAB TOTAL 2000	VAB TOTAL 2007	VAB SEC 2000	% VAB SEC 2000	VAB SEC 2007	% VAB SEC 2007
BG - Bulgária	12138,7	23724,7	3648,5	30,06%	7662,1	32,30%
BG311 - Vidin	142,8	204,4	14,7	10,29%	37,9	18,54%
BG312 - Montana	192,5	296,5	30,7	15,95%	84,8	28,60%
BG313 - Vratsa	501,6	514,6	283,0	56,42%	254,4	49,44%
BG314 - Pleven	393,3	582,4	98,7	25,10%	195,2	33,52%
BG315 - Lovech	231,0	369,3	72,1	31,21%	134,8	36,50%
BG321 - Veliko Tarnovo	382,1	577,9	111,5	29,18%	166,2	28,76%
BG322 - Gabrovo	223,2	360,1	90,8	40,68%	178,1	49,46%
BG324 - Razgrad	173,0	263,4	42,1	24,34%	82,8	31,44%
BG325 - Silistra	164,0	222,9	23,4	14,27%	51,9	23,28%
BG332 - Dobrich	309,1	386,7	46,2	14,95%	85,0	21,98%
BG333 - Shumen	233,3	382,0	49,9	21,39%	131,2	34,35%
BG334 - Targovishte	153,9	269,1	28,8	18,71%	108,1	40,17%
BG343 - Yambol	175,0	239,5	27,5	15,71%	64,9	27,10%
BG414 - Pernik	176,6	314,7	44,9	25,42%	152,8	48,55%
BG415 - Kyustendil	239,2	325,3	86,1	35,99%	123,7	38,03%

BG422 - Haskovo	325,4	505,0	89,2	27,41%	146,3	28,97%
BG424 - Smolyan	157,4	284,6	33,8	21,47%	99,3	34,89%
BG425 - Kardzhali	186,2	287,7	39,8	21,37%	74,7	25,96%
PL - Polónia	165217,3	272072,8	50185,9	30,38%	83908,3	30,84%
PL311 - Bialski	830,5	1300,3	147,4	17,75%	249,8	19,21%
PL312 - Chelmsko-zamojski	1741,9	2773,7	392,4	22,53%	699,6	25,22%
PL344 - Lomzynski	1161,9	1861,7	282,4	24,31%	453,3	24,35%
PL345 - Suwalski	816,8	1354,5	246,2	30,14%	399,6	29,50%
PL422 - Koszalin	2153,1	3417,0	528,7	24,56%	880,1	25,76%
PL423 - Stargardzki	1150,1	1717,1	334,3	29,07%	455,9	26,55%
PL621 - Elblaski	1670,8	2666,4	476,3	28,51%	926,3	34,74%
PL623 - Elcki	812,6	1295,0	178,4	21,95%	333,3	25,74%
PT - Portugal	106545,1	139826,8	29383,3	27,58%	34226,7	24,48%
PT117 - Douro	1387,4	1925,6	284,7	20,52%	431,3	22,40%
PT118 - Alto Trás-os-Montes	1419,5	1963,1	343,5	24,20%	499,5	25,44%
PT164 - Pinhal Interior Norte	805,2	1091,0	279,4	34,70%	350,6	32,14%
PT166 - Pinhal Interior Sul	271,8	402,3	83,0	30,54%	125,0	31,07%
PT167 - Serra da Estrela	273,0	369,1	83,6	30,62%	104,9	28,42%
PT168 - Beira Interior Norte	785,5	1000,1	192,8	24,54%	185,0	18,50%
PT169 - Beira Interior Sul	684,9	853,3	179,5	26,21%	187,3	21,95%
PT16A - Cova da Beira	628,9	803,2	193,7	30,80%	187,1	23,29%
PT181 - Alentejo Litoral	1253,0	1898,5	526,6	42,03%	935,3	49,27%
PT182 - Alto Alentejo	1061,3	1316,0	229,9	21,66%	278,3	21,15%
PT183 - Alentejo Central	1553,9	1881,9	377,0	24,26%	350,1	18,60%
PT184 - Baixo Alentejo	1022,6	1580,7	178,4	17,45%	501,6	31,73%
RO - Roménia	36511,0	110441,7	12548,8	34,37%	41696,9	37,75%
RO112 - Bistrita-Nasaud	419,3	1319,1	111,5	26,59%	528,7	40,08%
RO116 - Salaj	306,6	1028,7	89,2	29,09%	395,9	38,49%
RO121 - Alba	583,0	2136,8	229,7	39,40%	952,8	44,59%
RO123 - Covasna	401,2	937,9	132,8	33,10%	319,0	34,01%
RO124 - Harghita	546,5	1390,0	201,6	36,89%	510,1	36,70%
RO225 - Tulcea	290,1	860,6	100,6	34,68%	315,0	36,60%
RO312 - Calarasi	315,4	841,6	91,6	29,04%	291,1	34,59%
RO315 - Ialomita	364,2	886,3	106,0	29,10%	293,3	33,09%
RO412 - Gorj	688,8	2044,8	369,1	53,59%	1004,9	49,14%
RO413 - Mehedinti	356,1	998,0	128,1	35,97%	388,8	38,96%
RO421 - Arad	845,6	2686,4	283,5	33,53%	1244,1	46,31%
RO422 - Caras-Severin	474,9	1422,5	123,5	26,01%	421,0	29,60%
RO423 - Hunedoara	759,5	2324,3	302,7	39,86%	1004,3	43,21%
SE - Suécia	233603,1	290099,2	66901,4	28,64%	82101,2	28,30%
SE3 - Norra Sverige	39726,9	48517,2	12965,1	32,64%	17071,6	35,19%
SE311 - Värmlands län	6103,3	7254,4	2199,4	36,04%	2531,1	34,89%
SE312 - Dalarnas län	6536,5	8353,9	2201,7	33,68%	3261,8	39,05%
SE313 - Gävleborgs län	6402,5	7415,7	2477,1	38,69%	2571,4	34,68%
SE321 - Västernorrlands län	6253,6	6977,0	2049,1	32,77%	2206,9	31,63%

SE322 - Jämtlands län	2851,1	3387,5	598,7	21,00%	905,9	26,74%
SE331 - Västerbottens län	5480,6	7172,0	1462,3	26,68%	2397,9	33,43%
SE332 - Norrbottens län	6099,3	7956,7	1976,9	32,41%	3196,5	40,17%

Fonte: Eurostat

A análise conjugada dos valores do emprego (apresentados anteriormente) e do VAB para os sectores primário e secundário, parece sugerir a existência de um padrão de desenvolvimento relativamente comum à maioria das regiões, com um progressivo abandono do sector primário em prol do secundário, seguido numa fase posterior por uma diminuição deste último a favor do sector secundário. Para comprovar esta hipótese, decidimos analisar a produtividade do trabalho, dada pela “relação entre o valor acrescentado bruto e o emprego” (INE, 2010). Sendo o nosso intuito analisar a evolução da produtividade e não o seu valor absoluto, optámos por relativizar a produtividade do trabalho no sector primário (PROD PRI) em função da produtividade total (PROD TOT) para cada uma das regiões, nos dois períodos extremos do intervalo considerado, conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Produtividade Total e Produtividade do Sector Agrícola

GEO	PROD TOT 2000	PROD PRI 2000	PROD PRI/TOT 2000	PROD TOT 2007	PROD PRI 2007	PROD PRI/TOT 2007
BG - Bulgária	3,75	2,14	57,21%	7,32	2,02	27,65%
BG311 - Vidin	3,93	4,44	112,82%	5,63	4,49	79,81%
BG312 - Montana	3,84	5,52	143,72%	5,92	1,57	26,53%
BG313 - Vratsa	6,95	5,48	78,93%	7,13	2,74	38,40%
BG314 - Pleven	3,65	3,75	102,94%	5,40	2,21	40,91%
BG315 - Lovech	3,16	1,86	59,08%	5,05	1,63	32,40%
BG321 - Veliko Tarnovo	3,21	1,99	62,10%	4,85	1,37	28,23%
BG322 - Gabrovo	3,36	3,03	90,24%	5,42	1,15	21,26%
BG324 - Razgrad	3,54	3,22	90,98%	5,39	3,22	59,69%
BG325 - Silistra	3,23	2,95	91,24%	4,40	1,64	37,36%
BG332 - Dobrich	3,85	3,56	92,39%	4,82	3,71	76,89%
BG333 - Shumen	2,99	2,27	76,03%	4,90	2,41	49,12%
BG334 - Targovishte	3,17	2,73	86,18%	5,55	1,31	23,61%
BG343 - Yambol	3,32	2,85	85,82%	4,54	0,84	18,40%
BG414 - Pernik	3,38	3,61	106,86%	6,02	1,01	16,78%
BG415 - Kyustendil	3,67	2,88	78,55%	4,99	4,47	89,58%
BG422 - Haskovo	3,10	2,08	66,95%	4,81	2,44	50,68%
BG424 - Smolyan	2,10	0,97	45,96%	3,80	2,91	76,51%
BG425 - Kardzhali	3,39	3,43	101,09%	5,24	3,65	69,68%
PL – Polónia	11,00	2,07	18,85%	18,12	5,21	28,74%

PL311 - Bialski	6,47	1,79	27,62%	10,13	3,79	37,42%
PL312 - Chelmsko-zamojski	5,92	1,22	20,61%	9,42	2,60	27,56%
PL344 - Lomzynski	6,74	1,90	28,11%	10,80	5,24	48,48%
PL345 - Suwalski	7,63	2,06	27,03%	12,66	5,79	45,75%
PL422 - Koszalin	11,13	4,21	37,81%	17,67	11,46	64,86%
PL423 - Stargardzki	10,58	4,42	41,76%	15,80	13,28	84,07%
PL621 - Elblaski	9,96	3,84	38,55%	15,89	7,47	47,01%
PL623 - Elcki	9,66	4,47	46,30%	15,40	8,53	55,41%
PT - Portugal	21,18	6,35	29,97%	27,80	5,79	20,83%
PT117 - Douro	14,27	3,85	26,99%	19,81	3,33	16,81%
PT118 - Alto Trás-os-Montes	14,04	3,34	23,80%	19,42	2,89	14,89%
PT164 - Pinhal Interior Norte	12,68	2,42	19,11%	17,18	1,90	11,05%
PT166 - Pinhal Interior Sul	10,49	2,47	23,51%	15,53	2,04	13,12%
PT167 - Serra da Estrela	12,47	1,88	15,04%	16,85	1,87	11,08%
PT168 - Beira Interior Norte	11,97	2,08	17,33%	15,25	1,11	7,25%
PT169 - Beira Interior Sul	15,32	4,51	29,41%	19,09	2,43	12,71%
PT16A - Cova da Beira	12,73	2,62	20,59%	16,26	1,63	9,99%
PT181 - Alentejo Litoral	36,01	41,48	115,21%	54,55	29,00	53,16%
PT182 - Alto Alentejo	21,06	21,80	103,51%	26,11	16,19	62,01%
PT183 - Alentejo Central	21,70	24,86	114,53%	26,28	14,97	56,95%
PT184 - Baixo Alentejo	23,89	25,57	107,00%	36,93	15,77	42,71%
RO - Roménia	3,38	0,88	26,11%	10,23	2,53	24,76%
RO112 - Bistrita-Nasaud	4,00	2,47	61,67%	12,59	3,29	26,18%
RO116 - Salaj	3,55	2,70	75,97%	11,91	3,88	32,56%
RO121 - Alba	3,38	1,50	44,46%	12,39	3,85	31,08%
RO123 - Covasna	2,78	1,31	47,34%	6,49	8,53	131,38%
RO124 - Harghita	3,15	1,27	40,34%	8,01	10,59	132,14%
RO225 - Tulcea	1,61	0,41	25,26%	4,77	1,56	32,67%
RO312 - Calarasi	1,01	0,39	38,55%	2,70	0,96	35,63%
RO315 - Ialomita	1,61	0,49	30,63%	3,92	0,79	20,19%
RO412 - Gorj	3,99	1,28	32,19%	11,85	2,05	17,34%
RO413 - Mehedinti	3,13	1,19	38,07%	8,76	1,37	15,68%
RO421 - Arad	2,59	0,58	22,40%	8,23	5,10	61,97%
RO422 - Caras-Severin	2,60	0,99	38,17%	7,79	9,08	116,49%
RO423 - Hunedoara	3,22	1,17	36,38%	9,84	4,49	45,60%
SE - Suécia	54,32	36,50	67,20%	67,45	41,11	60,94%
SE3 - Norra Sverige	51,67	62,56	121,07%	63,11	56,07	88,85%
SE311 - Värmlands län	52,21	58,53	112,10%	62,06	55,34	89,18%
SE312 - Dalarnas län	53,75	65,79	122,38%	68,70	52,60	76,56%
SE313 - Gävleborgs län	49,71	49,00	98,57%	57,58	54,17	94,09%
SE321 - Västernorrlands län	53,82	52,94	98,36%	60,04	45,74	76,18%
SE322 - Jämtlands län	48,74	60,57	124,27%	57,91	53,75	92,82%
SE331 - Västerbottens län	47,74	76,81	160,89%	62,47	73,51	117,67%
SE332 - Norrbottens län	54,46	89,56	164,46%	71,04	61,03	85,91%

Fonte: Eurostat

A análise dos dados apresentados no Quadro 10 permite-nos concluir que, à excepção das regiões de baixa densidade da Polónia e de diversas regiões da Roménia, verificou-se uma quebra generalizada na relação entre produtividade do trabalho no sector primário e no total da economia, provocada não só pelo aumento da produtividade nas economias, mas também pela diminuição na produtividade no sector agrícola verificada em muitas das regiões consideradas, nomeadamente na Bulgária e em Portugal, mas também na Suécia e em algumas regiões romenas. As especificidades do sector primário sueco anteriormente mencionadas, nomeadamente o facto de estar mais ligado à pesca e à silvicultura do que à actividade agrícola, bem como o facto de, apesar do decréscimo verificado, manter uma produtividade relativa do trabalho no sector primário extremamente elevada, tornam a comparação com as regiões dos outros países um exercício de pouca utilidade ou interesse. Na Roménia verificam-se subidas consideráveis na produtividade relativa, alavancadas principalmente pela diminuição do peso do sector primário no emprego. Por outro lado, as descidas verificadas nas regiões de baixa densidade romenas devem-se, na sua maioria, à subida da produtividade total da economia da região. Já as diminuições da produtividade verificadas na Bulgária e em Portugal merecem particular atenção. Se no primeiro caso esta é maioritariamente decorrente do aumento do emprego no sector primário, já afluído na análise do mercado de trabalho, no caso português, apesar de também se verificar um aumento do emprego em algumas regiões, é mais notória a diminuição do valor acrescentado bruto do sector no período em análise. Os saldos migratórios positivos registados pelas regiões portuguesas, causados grandemente pelo retorno de emigrantes, poderão apontar uma das justificações para esta situação. Muitos destes emigrantes retornam às regiões de origem já em idade de reforma, ocupando os seus tempos livres em pequenas explorações agrícolas, pouco produtivas. Porém, esta circunstância dificilmente poderá explicar os baixos níveis de produtividade no Alentejo, onde a actividade agrícola é predominantemente empresarial, verificando-se fortes indícios de problemas graves no sector primário português, com reflexos evidentes ao nível da produtividade.

## 4 – CONCLUSÃO

Iniciámos o presente trabalho com o intuito de verificar a compatibilidade entre baixa densidade populacional e elevados níveis de desenvolvimento económico e de qualidade de vida, um tema que considerámos não só actual e ajustado à realidade da perda de densidade populacional verificada em diversas regiões europeias e nomeadamente nas regiões do interior de Portugal, mas também pouco explorado e alvo de inúmeras possibilidades na sua abordagem. Após análise da literatura existente sobre o tema e tendo presente o nosso conhecimento pessoal sobre a realidade de diversos países da União Europeia, optámos por efectuar um estudo baseado numa análise comparativa das regiões de baixa densidade de países tão distintos como Bulgária, Polónia, Portugal, Roménia e Suécia. Considerámos que a heterogeneidade (à escala europeia) da selecção não só nos possibilitaria um leque de resultados capaz de gerar conclusões concretas e plausíveis sobre a realidade das regiões de baixa densidade da União Europeia, mas também poderia conduzir à formulação de soluções capazes de orientar o desenvolvimento dessas mesmas regiões.

A análise efectuada veio comprovar parcialmente as hipóteses levantadas ao longo do projecto de investigação. A integração da Suécia na selecção dos países no papel de grupo de controlo, enquanto exemplo evidente da possibilidade de coexistência de baixa densidade populacional e elevado desenvolvimento económico, veio balizar dois paradigmas diferenciados, situando-se no extremo oposto ao dos membros mais recentes da União Europeia, Bulgária e Roménia, num estágio de desenvolvimento notoriamente inferior. Numa situação intermédia encontramos outros dois países, Polónia e Portugal, estando o primeiro mais próximo da situação de Bulgária e Roménia, enquanto o segundo apresenta diversas semelhanças com a Suécia, nomeadamente em termos demográficos (população envelhecida, saldo natural negativo, destino de emigração) e mesmo económicos. É neste último aspecto que sobressai um dos aspectos mais importantes da análise efectuada: a tendência para a convergência económica verificada nas regiões de baixa densidade dos países mais desenvolvidos é, indubitavelmente, um sinal positivo a reter e que demonstra a capacidade destas regiões em atingir ritmos de crescimento económico elevados. Já a análise a outros níveis, nomeadamente em termos da importância do sector primário no emprego e na economia, não devolveu indicadores tão evidentes, verificando-se um

aumento do emprego afecto ao sector primário e uma diminuição do valor acrescentado bruto do sector num número considerável de regiões de baixa densidade na Bulgária, contrariando a tendência expectável de industrialização da economia, verificada inequivocamente na Polónia e na Roménia. Numa dimensão bastante inferior, ocorre em Portugal um fenómeno semelhante ao verificado na Bulgária no período considerado, registando-se um aumento ligeiro do emprego e uma assinalável diminuição do valor acrescentado bruto do sector primário em diversas regiões de baixa densidade portuguesas, com notórias consequências ao nível da produtividade.

A análise dos dados apresentados permite ainda corroborar a existência constante de excepções para a maioria dos cenários e hipóteses apresentados. Este facto sustenta a necessidade de elaborar planos de desenvolvimento específicos para cada uma das regiões, considerando os seus recursos e potencialidades e tendo em vista a diferenciação qualitativa dos produtos e serviços oferecidos, conforme mencionámos ao longo do corrente trabalho. Não obstante este facto, a análise conjunta destas cinquenta e oito regiões permitiu-nos uma melhor percepção das diferenças e semelhanças entre elas, bem como traçar um padrão relativamente comum no seu desenvolvimento. A análise dos indicadores das regiões de baixa densidade do norte da Suécia permite-nos ainda encarar com algum optimismo o futuro das regiões deprimidas do interior de Portugal, mantendo presente a convicção que, para além das vantagens inerentes a uma região de baixa densidade populacional em termos ambientais, de ruído e na oferta de amenidades naturais, estas oferecem também a possibilidade de usufruir de um bom nível de qualidade de vida e desenvolvimento económico.

A análise de diversas outras variáveis, nomeadamente em termos de saúde, educação, comércio, cultura e desporto poderia complementar grandemente o trabalho desenvolvido, permitindo uma leitura mais abrangente da realidade das regiões de baixa densidade que, não nos sendo possível realizar no momento presente, poderá representar um desafio interessante a todos aqueles que se proponham concretizá-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Capello, Roberta; Nijkamp, Peter; Pepping, Gerard (1999) *Sustainable cities and energy policies*. Springer, Berlin.
- Delft , Ad Van; Nijkamp, Peter (1977) *Multi-criteria analysis and regional decision-making*. Springer, Netherlands.
- Dimitris, Diakosavvas (2006) *The Development Dimension Coherence of Agricultural and Rural Development Policies*. OECD Publishing.
- Giaoutzi, Maria; Nijkamp, Peter; Storey, D. J. (1988) *Small and medium size enterprises and regional development*. Routledge, UK.
- Mccann, Philip; Oort, Frank Van (2009) Theories of agglomeration and regional economic growth: a historical review in Capello, Roberta; Nijkamp, Peter (2009) *Handbook of regional growth and development theories*. Edward Elgar Publishing, UK.
- Tomich, Thomas P.; Kilb, Peter; Johnston, Bruce F. (1995) *Transforming agrarian economies: opportunities seized, opportunities missed*. Cornell University, USA.
- Vaz, Teresa De Noronha; Nijkamp, Peter; Morgan, Eleanor J. (2006) *The new European rurality: strategies for small firms*. Ashgate Publishing, Ltd., UK.
- Vaz, Teresa De Noronha; Nijkamp, Peter; Rastoin, Jean-Louis (2009) *Traditional food production and rural sustainable development: a European challenge*. Ashgate Publishing, Ltd., UK.
  
- Deller, Steven C.; Tsai, Tsung-Hsiu; Marcouiller, David W.; English, Donald B. K. (2001) *The Role of Amenities and Quality of Life In Rural Economic Growth*. American Agricultural Economics Association.
- Geys, Benny; Heinemann, Friedrich; Kalb, Alexander (2007) *Population shrinking and the future of European municipalities*.
- Instituto Nacional de Estatística (2006) *Documento Metodológico: Indicadores Demográficos*.
- Instituto Nacional de Estatística (2010) *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*.

- John I. Carruthers; Hollar, Michael K.; Mulligan, Gordon F. (2006) *Growth and Convergence in the Space Economy: Evidence from the United States*.
- Kilkenny, Maureen (1998) *New Economic Geography for low density places: insights from Kaldor and Lancaster*.
- Nelson, Peter B.; Beyers, William B (1998) Using Economic Base Models to Explain New Trends in Rural Income, *Growth and Change*, Vol. 29.
- Okagaki, Alan; Palmer, Kris; Mayer, Neil S. (1998) *STRENGTHENING RURAL ECONOMIES: Programs that Target Promising Sectors of a Local Economy*. Center for Community Change, Washington.
- Pauleit ,S.; Breuste, J.; Qureshi, S.; Sauerwein, M. (2010) Transformation of rural-urban cultural landscapes in Europe: Integrating approaches from ecological, socio-economic and planning perspectives. *The Official Journal of the International Association for Landscape Ecology*, Landscape Online.
- Power, Thomas Michael (2001) *Economic Structure, Economic Density, and Pay in the Pacific Northwest*. British Columbia.
- Reece, Jason; Irwin, Elena (2002) *Low Density Development in Ohio: Trends and Impacts*. The American Society of Farm Managers and Rural Appraisers, Ohio Chapter.
- Reinert, Hugo; Reinert, Erik (2006) Creative Destruction in Economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter, *The European Heritage in Economics and the Social Sciences*, Vol. 3.
- Rivera-Batiz, L; Romer, Paul (1991) Economic Integration and Endogeneous Growth, *Quarterly Journal of Economics*, 106.
- Schultink, Gerhardus (2009) Land Use Planning and Open Space Preservation: Economic Impacts of Low-Density Urbanization and Urban Sprawl, *Journal of Civil, Environmental and Architectural Engineering*, Vol. 3, Issue 1.
- Terluin , Ida J. (2003) Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories, *Journal of Rural Studies* 19, Elsevier Science Ltd.
- Ward, William A.; Hite, James C. (1998) Theory in Rural Development: an introduction and overview, *Growth and Change*, Vol. 29.
- West-European Working Group Of ARL & DATAR (2003) *Policy Vision for Sustainable Rural Economies in an Enlarged Europe*.

